

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E  
CULTURA – PROPPEC  
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E  
SOCIAIS – CEJURPS  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS – PMGPP**

**REDISTRIBUIÇÃO OU RECONHECIMENTO?**

**Um estudo do programa Bolsa Família no município de São Miguel do Oeste (SC)**

**JUAREZ DA SILVA**

**ITAJAÍ (SC), julho de 2007.**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E  
CULTURA – PROPPEC  
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E  
SOCIAIS – CEJURPS  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO  
DE POLÍTICAS PÚBLICAS – PMGPP**

**REDISTRIBUIÇÃO OU RECONHECIMENTO?**

**Um estudo do programa Bolsa Família no município de São Miguel do Oeste  
(SC)**

**JUAREZ DA SILVA**

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora no Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, sob orientação do Prof. Dr. Guilherme Alfredo Johnson, com exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas / Profissionalizante.**

**ITAJAÍ (SC), julho de 2007.**

Esta Dissertação foi julgada APTA para obtenção do Título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas/Profissionalizante e aprovada, em sua forma final, pela coordenação do Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas – PMGPP/UNIVALI.

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Adriana Marques  
Coordenadora PMGPP/UNIVALI

Apresentada perante a Banca Examinadora composta pelos Professores

---

Prof. Dr. Guilherme Alfredo Johnson  
UNIVALI - Membro

---

Prof. Dr. Abele Marcos Casarotto  
UNOESC – Membro Externo

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell  
UFSC - Membro Externo

Itajaí (SC) 05 de julho de 2007.

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus filhos Roger Cassiano, Priscila Cassiane e Daiane Carla, minha esposa Loreni, pela compreensão, por seu apoio e razão de chegar até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Deus, meu Pai e Criador, presente em todos os dias da minha vida. Sem sua proteção seria impossível ter forças para prosseguir.

Aos meus familiares, pais e irmãos que contribuíram na minha educação e formação profissional.

Consideração especial aos Professores Dr. Carlos Eduardo Sell e Dr. Guilherme Alfredo Johnson, pelas incansáveis dedicações na orientação deste estudo. Suas participações foram de extrema importância na consolidação deste trabalho.

A todos os professores que contribuíram na mediação e aquisição de novos conhecimentos.

A todos os amigos(as), pela expectativa, incentivo nos estudos. Gratidão e respeito a cada um de vocês.

“Os homens pedem carne. Fogo.  
Sapatos. As leis não bastam. Os lírios  
não nascem da lei”.

( Carlos Drummond de Andrade)

## **SUMÁRIO**

<b>LISTA DE QUADROS</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS</b>	<b>13</b>
<b>RESUMO</b>	<b>15</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>16</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1: TEORIA SOCIAL: DESIGUALDADE, REDISTRIBUIÇÃO E RECONHECIMENTO, TEORIA POLÍTICA: CLIENTELISMO</b>	<b>22</b>
<b>1.1 Reconhecimento</b>	<b>22</b>
<b>1.2. Desigualdade</b>	<b>29</b>
<b>1.3 Clientelismo</b>	<b>35</b>
<b>CAPÍTULO 2: AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO</b>	<b>39</b>
<b>2.1 Estado e Políticas Sociais</b>	<b>39</b>
<b>2.1.1 As Políticas Sociais no Governo FHC</b>	<b>44</b>
<b>2.1.2 As Políticas Sociais no Governo LULA</b>	<b>47</b>
<b>CAPÍTULO 3: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SÃO MIGUEL DO OESTE: REDISTRIBUIÇÃO OU RECONHECIMENTO?</b>	<b>55</b>
<b>3.1 Descrição do Município Onde Foi Realizada a Pesquisa</b>	<b>55</b>
<b>3.2 Caracterização dos Entrevistados ou Questionados.</b>	<b>58</b>
<b>3.3 Metodologia de Análise</b>	<b>60</b>
<b>3.3.1 População e Amostragem</b>	<b>61</b>
<b>3.3.2 Coleta de dados</b>	<b>63</b>
<b>3.3.3 Análise e interpretação dos dados</b>	<b>64</b>

<b>3.3.3.1 Caracterização dos Entrevistados</b>	<b>65</b>
<b>3.3.3.2 Características das Famílias</b>	<b>73</b>
<b>3.3.3.3 Participação em organização social</b>	<b>80</b>
<b>3.3.3.4 Realização de curso de formação técnica de trabalhos manuais para aumento de renda</b>	<b>82</b>
<b>3.3.3.5 Recebe algum tipo de assistência</b>	<b>84</b>
<b>3.3.3.6 Características do Domicílio</b>	<b>85</b>
<b>3.3.3.6.1 Condição de Moradia</b>	<b>85</b>
<b>3.3.3.6.2 Número de cômodos</b>	<b>85</b>
<b>3.3.3.7 Terreno</b>	<b>86</b>
<b>3.3.3.8 Tipo de Abastecimento de Água</b>	<b>87</b>
<b>3.3.3.9 Tipo de Iluminação</b>	<b>87</b>
<b>3.3.3.10 Destino do Esgoto</b>	<b>88</b>
<b>3.3.3.11 Destino do lixo do Domicílio</b>	<b>88</b>
<b>3.3.3.11.1 Cultura política do entrevistado</b>	<b>89</b>
<b>3.3.3.11.2 Se o voto fosse livre</b>	<b>90</b>
<b>3.3.3.11.3 Os partidos políticos são importantes?</b>	<b>91</b>
<b>3.3.3.12 Como você avalia os serviços públicos prestados no seu município</b>	<b>91</b>
<b>3.3.3.12.1 Questões sobre o Bolsa Família</b>	<b>93</b>
<b>3.4 Compreensão dos gestores sociais sobre o programa Bolsa Família</b>	<b>97</b>
<b>3.4.1 Caracterização do Entrevistado</b>	<b>97</b>

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>114</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro n 01: Despesas com Aluguel.....</b>	<b>77</b>
<b>Quadro n 02: Hierarquia das Necessidades.....</b>	<b>78</b>
<b>Quadro n 03: Gasto com Luz.....</b>	<b>79</b>
<b>Quadro n 04: Gasto com Medicamentos.....</b>	<b>79</b>
<b>Quadro n 05: Avaliação dos Serviços Públicos .....</b>	<b>91</b>

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 01: Idade dos Entrevistados</b>	<b>65</b>
<b>Gráfico 02: Escolaridade dos Entrevistados</b>	<b>67</b>
<b>Gráfico 03: Religião dos Entrevistados</b>	<b>68</b>
<b>Gráfico 04: Profissão dos Entrevistados</b>	<b>69</b>
<b>Gráfico 05: Número de Filhos dos Entrevistados</b>	<b>70</b>
<b>Gráfico 06: Renda Familiar Mensal dos Entrevistados</b>	<b>71</b>
<b>Gráfico 07: Número de Integrantes do Grupo Familiar dos Entrevistados</b>	<b>73</b>
<b>Gráfico 08: Chefe da Família dos Entrevistados</b>	<b>74</b>
<b>Gráfico 09: Tempo de Moradia no Município dos Entrevistados</b>	<b>75</b>
<b>Gráfico 10: Município de Origem dos Entrevistados</b>	<b>76</b>
<b>Gráfico 11: Participação de Organização Social dos Entrevistados</b>	<b>80</b>
<b>Gráfico 12: Realização de Curso de Formação Técnica de Trabalhos Manuais para Aumento de Renda</b>	<b>82</b>
<b>Gráfico 13: Recebe Algum Tipo de Assistência</b>	<b>84</b>
<b>Gráfico 14: Condição de Moradia dos Entrevistados</b>	<b>85</b>
<b>Gráfico 15: Número de Cômodos</b>	<b>85</b>
<b>Gráfico 16: Terreno dos Entrevistados</b>	<b>86</b>
<b>Gráfico 17: Tipo de Iluminação</b>	<b>87</b>
<b>Gráfico 18: Destino do Esgoto</b>	<b>88</b>
<b>Gráfico 19: Destino do Lixo Coletado</b>	<b>88</b>
<b>Gráfico 20: O que você pensa sobre democracia?</b>	<b>89</b>
<b>Gráfico 21: Se o voto fosse livre?</b>	<b>90</b>
<b>Gráfico 22: Os partidos políticos são importantes?</b>	<b>91</b>
<b>Gráfico 23: Tempo de Recebimento do Benefício</b>	<b>93</b>

<b>Gráfico 24: Valor da Complementação de Renda</b>	<b>93</b>
<b>Gráfico 25: Avaliação do Programa Bolsa Família</b>	<b>94</b>
<b>Gráfico 26: Precisou da ajuda de alguém para receber o benefício do bolsa família?</b>	<b>96</b>
<b>Gráfico 27: É dever de quem recebe o bolsa família votar no governo que a criou?</b>	<b>96</b>
<b>Gráfico 28: Idade dos Gestores</b>	<b>98</b>
<b>Gráfico 29: Profissão dos Gestores</b>	<b>99</b>
<b>Gráfico 30: Caracterização do Bolsa Família</b>	<b>105</b>

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

<b>AABB</b>	<b>Associação Atlética Banco do Brasil</b>
<b>APAS</b>	<b>Associação de Pais e Amigos dos Surdos</b>
<b>ACOMAR</b>	<b>Associação de Coletores de Material Reciclável</b>
<b>ART</b>	<b>Artigo</b>
<b>APAE</b>	<b>Associação de Pais Amigos dos Excepcionais</b>
<b>AMAPEC</b>	<b>Associação Migueloestina de apoio a pessoas carentes</b>
<b>BPC</b>	<b>Benefício de Prestação Continuada</b>
<b>CF</b>	<b>Constituição Federal</b>
<b>CAIC</b>	<b>Centro de Atenção Integral à Criança</b>
<b>CAP</b>	<b>Capítulo</b>
<b>CASAN</b>	<b>Companhia Catarinense de Água e Saneamento</b>
<b>CEOM</b>	<b>Centro de Organização da Memória do Oeste Catarinense</b>
<b>EPAGRI</b>	<b>Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina</b>
<b>FHC</b>	<b>Fernando Henrique Cardoso</b>
<b>IPEA</b>	<b>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</b>
<b>IBGE</b>	<b>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</b>
<b>LULA</b>	<b>Luis Inácio Lula da Silva</b>
<b>MP</b>	<b>Medida Provisória</b>

<b>ONU</b>	<b>Organização das Nações Unidas</b>
<b>PCFMV</b>	<b>Plano de Combate à Fome e a Miséria pela Vida</b>
<b>SRA</b>	<b>Senhora</b>
<b>SÉC</b>	<b>Século</b>
<b>SC</b>	<b>Santa Catarina</b>
<b>UNOESC</b>	<b>Universidade do Oeste de Santa Catarina</b>

## RESUMO

O resultado do trabalho realizado nesta Dissertação teve como objetivo central avaliar por meio de estudo científico a dimensão do reconhecimento moral nas políticas sociais de distribuição de renda, tendo por base o Programa Bolsa Família implantado e em funcionamento no município de São Miguel do Oeste (SC). Buscou auferir se esse programa tem contribuído para a superação da dependência e do clientelismo e ao mesmo tempo vem possibilitando a construção da cidadania. Além disso, o estudo procurou discutir as teorias sociais e políticas que envolvem a problemática da desigualdade, fazendo-se um paralelo entre redistribuição e reconhecimento e as políticas sociais aplicadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, respectivamente. Neste estudo deu-se enfoque quanto à dimensão da prática adotada no Programa Bolsa Família em São Miguel do Oeste, como seus gestores têm se portado diante dos beneficiários desse programa e como vêm se dando essa relação. Para o desenvolvimento do estudo utilizou-se material bibliográfico, a fim de diagnosticar os princípios das teorias sociais e políticas. Realizou-se, ainda, uma análise documental do município pesquisado quanto à lei de Criação dos conselhos, resoluções e portarias reguladoras dos Conselhos de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional. Num segundo momento, realizou-se a pesquisa de campo que apresenta uma análise do município de São Miguel do Oeste, quanto ao processo de inclusão das famílias no Programa Bolsa Família, do controle social, da participação nas políticas públicas do município. Buscou-se diagnosticar as dificuldades encontradas entre a demanda e os recursos disponibilizados para atender esse programa. Por fim, o estudo possibilitou fazer uma análise e reflexão de forma efetiva no que diz respeito ao reconhecimento e redistribuição de renda no município de São Miguel do Oeste através do Programa Bolsa Família.

**Palavras-chave:** Reconhecimento moral, políticas sociais e públicas, redistribuição de renda, superação de dependência e do clientelismo e a construção de cidadania.

## **ABSTRACT**

The main objective of this dissertation work is to evaluate, through scientific studies, the extent of moral recognition in the social policies of distribution of wealth, based on the “Bolsa Família” (Family Stipend) program, a social welfare program which gives assistance to low income families, and which was implemented and functions in the municipal district of São Miguel do Oeste (SC). It attempts to determine whether this program has contributed to overcoming dependence and clientelism, while at the same time, enabling the construction of citizenship. The study also discusses the social and political theories surrounding the issue of inequality, drawing parallels between redistribution and recognition, and the social policies applied by the Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio Lula da Silva governments. Emphasis is given to the practice adopted by the “Bolsa Família” Program in São Miguel do Oeste, the conduct of its administrators in relation to the beneficiaries of the program, and the nature of this relationship. Bibliographical material was used in the development of this study, in order to identify the principles underlying the social and political theories. A documentary analysis was also carried out, on the municipal district in question, concerning the law on the Creation of councils, resolutions and regulations of the Conselhos de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional (Councils for Social Welfare, Food Safety and Nutrition). A field study was also carried out, which presents an analysis of São Miguel do Oeste, in terms of its process of inclusion of families in the “Bolsa Família” program, social control, and participation in the public policies of the town. It seeks to diagnose the shortfall encountered between the demand and the resources available for this program. Finally, the study enables an analysis and reflection on the recognition and redistribution of wealth in the municipal district of São Miguel do Oeste, through the “Bolsa Família” program.

**Key words: Moral Recognition; Social and Public Policies; Redistribution of wealth; Overcoming Dependence and clientelism and the Construction of Citizenship**

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, especialmente a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), o Estado Brasileiro vem procurando combater a desigualdade e a pobreza através de programas sociais de transferência de renda. Um desses programas é representado hoje pelo Bolsa Família que atende famílias com renda até R\$120,00 *per capita* transferindo recursos de até R\$ 95,00, no máximo, por família como complemento de renda.

No entanto, em reportagens recentes que se referem ao programa Bolsa-Família, textos do Jornal *Folha de São Paulo*, de 12.02.06 p. A10 e 11 “parecem” sugerir que esta política social reduz-se a um instrumento de manipulação política. Neste sentido, argumenta o órgão de imprensa, o voto dos beneficiados por esta política social tende a concentrar-se no gestor do programa. Nesta ótica, portanto, esta política social de transferência de renda traduz e recoloca um velho e profundo vício da cultura política brasileira: o clientelismo. Ainda que as reportagens em questão possam ser questionadas pelo seu aparente viés político, questões eram abordadas: políticas sociais contribuem para a emancipação do indivíduo ou reproduzem relações de dependência? Elas levam a autonomia moral ou colocam seu beneficiado na condição de dependência e de favor?

O Programa Bolsa Família, em princípio, pretendia não dar margem à manipulação ou ao desvio de suas finalidades, porém, sabemos que em muitos casos a ação de governo está sujeita a manobras para atender interesses escusos, politiqueros, especialmente, quando o ente federado (estado ou município) que executa está distante do patrocinador maior, o Governo Federal, que impossibilitado por uma série de dificuldades não consegue acompanhar de perto a execução em todo o país dos seus programas e por isso delega para os Estados e Municípios parte de suas tarefas. A tentativa de descentralização de poder é muito positiva quando se trata de programas onde há uma fiscalização e o acompanhamento da população, porém não é assim que funciona com o Programa Bolsa Família. São muitos os problemas encontrados nos municípios, desde favorecimento de parentes de prefeitos e vereadores e até funcionários públicos, recebem indevidamente recursos que têm finalidade específica, atender famílias mais pobres. Um dos casos recente ocorrido no Estado do Mato Grosso do Sul apurado pelo Ministério Público daquele Estado e divulgado em reportagem de o *Globo OnLine* do dia 21.01.2005 cobertura feita pela jornalista Luiza Tomé.

Questão a ser abordada é na perspectiva de investigar os efeitos políticos do programa que perguntamos: qual o envolvimento direto de agentes políticos nesse processo? Está havendo clientelismo para justificar a inclusão desta ou daquela família? O atendimento do programa está proporcionando a emancipação das pessoas beneficiadas com o dinheiro do Programa Bolsa Família ou está levando mais gente ao comodismo para receber do Estado ajuda que poderia destinar-se a outros fins?

Os estudos sobre problemas sociais em pequenas e médias cidades catarinenses da atualidade são bem consideráveis, comparadas aos grandes centros. Porém, os que existem geralmente abordam esse tema de forma periférica, procurando camuflar a verdade dos fatos, associando-os à crise na agricultura, ou ao desenvolvimento da indústria e da agroindústria.<sup>1</sup> A maior parte das pesquisas sobre este assunto têm sido realizada principalmente por assistentes sociais.

Portanto, a proposta desse estudo é contribuir com as políticas sociais catarinenses e regionais.

Silva (2004) colabora com a reflexão quando falamos da importância de trazer presente ao debate os problemas sociais advindos da urbanização e dar voz a moradores residentes nos diversos bairros e comunidades significa, também, fazer uma escolha política. Escolha que não pressupõe adotar uma posição maniqueísta, simplesmente criminalizando ou defendendo os críticos da pobreza, e muito menos uma “caridade intelectual”, que visa apenas melhorar a imagem dos moradores “pobres” perante o restante da cidade. Fazer uma escolha política pressupõe analisar o surgimento da pobreza, na cidade e fora dela, entendendo-a como produto de um processo histórico que leve em conta a trajetória da vida de homens e mulheres que, além de habitar espaços geográficos definidos, constroem simbolicamente seus territórios e reagem de diferentes maneiras aos discursos construídos para eles e sobre eles. Fazer uma escolha política, portanto, significa pavimentar uma versão fiel da história que visa não só explicar, mas também

---

<sup>1</sup> - Os estudos de RENK (1991, 1997 e 2000), MUNARIM (1990), VIDOR (1995), SIEBERT (1997), CUNHA (1995) e PAULILO (1996) são exemplos disso.

resignificar os problemas e os conflitos sociais do passado e, principalmente, do presente.

No entanto, retratar os problemas sociais na perspectiva da própria população significa reconhecer um espaço importante de debate dos seus problemas, relatar as angústias vivenciadas por famílias que têm nos programas de políticas públicas alguma possibilidade de comer, pelo menos, uma refeição por dia. Debater o Programa Bolsa Família sob a ótica do beneficiário será, com certeza, uma grande oportunidade de conhecer de perto as condições e o grau de atendimento de suas reais necessidades daquilo que um ser humano minimamente necessita para viver.

Pretendemos, ainda, confrontar interesses, informações cadastrais e os dados verificados em documentação ou *in loco* nas visitas que realizamos nas famílias beneficiadas. Queremos perceber junto aos gestores do programa como estes se relacionam com o poder público local e os agentes políticos que coordenam as áreas sociais do município.

Desta forma, o trabalho irá abordar em seu capítulo I “Teoria Social”: desigualdade, redistribuição e reconhecimento. Assim, para se entender melhor as categorias norteadoras deste estudo, essa dissertação está organizada a partir dos seguintes conteúdos: o primeiro item desse estudo é intitulado: “Teoria Social: Desigualdade e Reconhecimento” e no segundo item “Teoria política: Clientelismo”.

Nesses dois itens as principais fontes, que fundamentaram a discussão teórica foram: Abranches, (1989); Adorno, (1985); Carvalho, (1997); CF, (1988); Farias, (2000); Frazer, (2003); Honneth, (2003); IPEA, (2006); Pereira, (1998); Sposati, (2005) e Oliveira, (1972). Tais fontes trazem uma reflexão acerca da teoria

crítica, entendida aqui como um campo teórico que busca compreender o funcionamento da sociedade, compreendendo-a a luz da emancipação social dos membros alienados pela sociedade vigente. Após essa discussão apresentamos uma reflexão sobre a teoria política, discutindo a desigualdade e reconhecimento da população marginalizada brasileira. Ainda, para entender esse processo e a abordagem sobre o clientelismo existente no Brasil e que até os dias atuais ainda prevalece, mas aparece discretamente na política brasileira, porém com grande ênfase.

Com relação ao segundo capítulo: “Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo”, abordamos, brevemente, a questão do Estado e as políticas sociais, a pobreza e desigualdade existentes no Brasil atualmente, enfocando os governos FHC e Lula para fazer uma reflexão acerca dos programas sociais existentes e discutir o Programa Bolsa Família, objeto deste estudo. Neste capítulo as discussões foram norteadas pelos autores: Abranches, (1989); Mello, (1990-1992); Netto, (1992); Pastorini, (1997); Pereira, (2002); Ramos, (2005) e Silva, (2004) entre outros.

Finalizando a parte teórica da referida dissertação apresentamos a justificativa da escolha desse tema, a problematização do objeto de estudo, em que se elucida a pergunta de pesquisa que norteou esse trabalho. Na seqüência, têm-se as exposições dos resultados obtidos na pesquisa de campo, seguido das considerações e recomendações a respeito do tema estudado. E por último, no terceiro capítulo, apresentaremos os resultados e os procedimentos metodológicos que nortearam o conjunto desta dissertação. Para esse fim utilizamos como principais fontes de pesquisa bibliográfica o site oficial da Prefeitura Municipal de

São Miguel do Oeste (2006), IBGE (2005), IPEA (2001), Silvestro (2001), Bauer (2002), Labes (1988) e Suplicy (2002).

## **CAPÍTULO 1**

### **TEORIA SOCIAL: DESIGUALDADE, REDISTRIBUIÇÃO E RECONHECIMENTO, TEORIA POLÍTICA: CLIENTELISMO**

Este capítulo apresenta os marcos teóricos fundamentais desta pesquisa. Em primeiro lugar, lançamos mão da teoria crítica e da noção de “reconhecimento” que será aprofundada no primeiro tópico. Contrapondo-se ao reconhecimento pretendemos mostrar os desafios que impedem sua consolidação na realidade brasileira. Em primeiro lugar está o problema da desigualdade e, em segundo lugar, o clientelismo. Se o primeiro representa um desafio econômico-social, o segundo tem a marca político-cultural. Neste caso, o “reconhecimento” significa a superação da exclusão tanto na sua dimensão econômica quanto moral, ou seja, na superação da desigualdade e do clientelismo.

#### **1.1 Reconhecimento**

Este tópico tem como objetivo apresentar o desenvolvimento de um estudo bibliográfico sobre a teoria social, com ênfase na desigualdade e reconhecimento do cidadão, enfocando, neste primeiro momento, a chamada “teoria crítica”, ou

segundo outros autores, a Escola de Frankfurt. Segundo Horkheimer<sup>2</sup>, Karl Marx pode ser considerado o fundador da teoria crítica.

Karl Marx foi considerado como um dos criadores da Teoria Crítica, bem como da teoria marxista, que identifica-se como um conjunto de idéias filosóficas, econômicas, políticas e sociais elaboradas primariamente por Karl Marx e Friedrich Engels e desenvolvidas mais tarde por outros seguidores, compreendendo a vida social do ser humano conforme a dinâmica da luta de classes resultando na transformação das sociedades de acordo com as leis do desenvolvimento histórico de seu sistema produtivo<sup>3</sup>:

Não me cabe o mérito de haver descoberto nem a luta de classes, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses já haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes e economistas burgueses haviam indicado sua autonomia econômica. O que eu trouxe de novo foi demonstrar: 1) que a existência das classes está ligada somente a determinadas fases de desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classe conduz, necessariamente, a ditadura do proletário; 3) que essa ditadura nada mais é que a transição a abolição de todas as classes e a uma sociedade sem classes. (MARX ENGELS, 1963 apud COUTINHO, 1996, p. 25)

Neste sentido, em termos epistemológicos, a “teoria crítica” se diferencia da teoria tradicional, cujo modelo é o pensamento de Descartes<sup>4</sup> através de duas abordagens, destacando que a teoria tradicional apenas descreve a realidade, enquanto a teoria crítica busca a emancipação social.

---

<sup>2</sup> Max Horkheimer filósofo e sociólogo foi um dos grandes intelectuais da Escola de Frankfurt. (Disponível em [www.wikipédia.com.br/A](http://www.wikipédia.com.br/A) enciclopédia livre. Acessado no dia 24 de novembro de 2006.).

<sup>3</sup> Disponível em [www.wikipédia.com.br](http://www.wikipédia.com.br). Acessado em 24 de novembro de 2006.

<sup>4</sup> René Descartes teve formação em filosófica e científica através do método escolástico, pautada na filosofia cristã, com a qual acaba rompendo mais tarde. (Disponível em [www.consciencia.org.br](http://www.consciencia.org.br)).

Parafrazeando Geuss (1988), a teoria crítica está baseada em três teses. A primeira tem como posição especial guiar a ação humana produzindo esclarecimento entre os agentes que a defendem, capacitando-os para que busquem seus interesses através da emancipação; a segunda está pautada nas formas de conhecimento; a terceira baseia-se na sua distinção com as ciências naturais, que difere da teoria crítica que tem um enfoque reflexivo contra um enfoque objetificante<sup>5</sup>. Portanto, a teoria crítica pode ser entendida como uma teoria reflexiva que prepara um tipo de conhecimento que possa oferecer aos seus agentes esclarecimentos e emancipação:

As teorias críticas são particularmente sensíveis ao tipo de erro filosófico contido no positivismo. É perfeitamente possível, alegarão os membros da escola de Frankfurt, as pessoas com visões epistemológicas deploravelmente erradas produzir, testar e usar teorias de primeira linha na ciência natural, [...] o que não ocorre com as teorias críticas. Há uma estreita ligação entre ter a epistemologia correta e a habilidade para formular, testar e aplicar teorias de primeira linha que produzam com êxito esclarecimento e emancipação. Por essa razão, o positivismo não é um obstáculo particular ao desenvolvimento da ciência natural, mas é uma séria ameaça aos principais veículos de emancipação humana, as teorias críticas. Uma meta básica da Escola de Frankfurt é a crítica ao positivismo e a reabilitação da reflexão como uma categoria de conhecimento válido (GEUSS, 1988, p. 9).

Nota-se que os membros da Escola de Frankfurt distinguem a teoria crítica das teorias científicas, principalmente devido aos seus propósitos ou fins, sendo que há diferenças quanto a utilização destas teorias pelos seus agentes. Salienta-se que a teoria científica busca satisfazer o mundo exterior, ou seja, capacita seus

---

<sup>5</sup> O termo objetificante pode ser entendido, segundo Geuss (1988), em termo no qual pode se distinguir entre a teoria e os objetos a que a teoria se refere; a teoria não é em si parte do objeto-domínio que ela descreve.

agentes para competir com o mundo exterior. Já a teoria crítica visa tornar seus agentes cientes de “coerções ocultas”, libertando-os, possibilitando que através de sua própria emancipação tenham condições para buscar seus verdadeiros interesses. Neste sentido, a Escola de Frankfurt contribuiu significativamente para o desenvolvimento das idéias da teoria crítica, tornando-se referência para filósofos que se pautavam em defender suas teorias.

A escola de Frankfurt surgiu oficialmente na década de 1950 sob a responsabilidade de Horkheimer, tornando-se fruto do Instituto de Pesquisa Social que se deslocou para outros países. Deste modo, a Escola de Frankfurt teve seu papel bem definido, conforme nos aponta Honneth (2003, p. 8):

Teve um papel importante para fortalecer e amplificar as intervenções principalmente de Adorno e de Horkheimer no debate público alemão das décadas de 1950 e 1960. Pode se dizer, portanto, que a Escola de Frankfurt designa antes de mais nada uma forma de intervenção político-intelectual (mas não partidária) no debate público alemão do pós-guerra, tanto no âmbito acadêmico como no da esfera pública entendida mais amplamente.

Já a teoria crítica designa, segundo o mesmo autor, um campo teórico que busca compreender o funcionamento da sociedade, compreendendo-a a luz da emancipação social dos membros alienados pela sociedade vigente.

Conforme nos explicam os estudiosos, a teoria crítica passou basicamente por três fases. A primeira fase é liderada por Theodor Adorno<sup>6</sup> e Max Horkheimer. Estes autores escreveram juntos a *Dialética do Esclarecimento* (1947), onde são

---

<sup>6</sup> Theodor Wisengrund Adorno era integrante da Escola de Frankfurt e estudava os meios de comunicação como expressão da indústria cultural, ou seja, a sociedade está influenciada pelos meios de comunicação.

apresentadas as principais críticas à racionalidade instrumental que impera tanto no capitalismo, quanto no estalinismo e no fascismo. A dialética do esclarecimento está relacionada, segundo Adorno (1985, p. 29), com:

[...] o esclarecimento é a radicalização da angústia mítica. A pura imanência do positivismo, seu derradeiro produto, nada mais é do que um tabu, por assim dizer, universal. Nada mais pode ficar de fora, porque a simples idéia do “fora” é a verdadeira fonte da angústia.

Corroborando com Adorno, Honneth (2003) define a Dialética do Esclarecimento como objeto principal de investigação da razão humana e das formas sociais da racionalidade, concluindo dessa investigação que a razão instrumental consistia na forma estruturante e única da racionalidade social no capitalismo administrado.

Já a segunda fase da teoria crítica é marcada pelos trabalhos de Jürgen Habermas<sup>7</sup>. Em sua “teoria da ação comunicativa”, este autor nos mostra que ao lado da racionalidade instrumental, presente na esfera dos sistemas, existe também uma racionalidade comunicativa, presente no mundo da vida. Na visão deste autor, a expressão política do mundo da vida é a esfera pública, alimentada pelos movimentos sociais da sociedade civil. Nota-se que a razão comunicativa compreende a esfera da interação entre os sujeitos. Também se salienta que a ação comunicativa está marcada por simbolismo e subjetividade.

---

<sup>7</sup> Jürgen Habermas nasceu, no mesmo ano em que foi fundada a Escola de Frankfurt, 1929. Graduou-se em filosofia e tornou-se assistente de Adorno por cinco anos, até 1959, no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, a chamada Escola de Frankfurt.

Finalmente, a terceira geração de estudos da teoria crítica é liderada por Axel Honneth<sup>8</sup>. Este autor nos proporciona uma volta aos fundamentos hegelianos da teoria crítica. A idéia básica de Honneth é que a emancipação social não é apenas material e econômica. O que este autor busca mostrar é que os grupos subordinados buscam também uma emancipação simbólica: ser reconhecidos como sujeitos morais.

Segundo Honneth (2003), a autonomia deve aumentar, ao mesmo tempo, nos sujeitos, o saber sobre sua dependência recíproca, pois esta é a dimensão evolutiva que Hegel procura caracterizar fazendo com que a luta por honra transite imperceptivelmente de um conflito entre sujeitos individuais para um confronto entre as comunidades sociais.

Porém, sua visão sobre a teoria crítica é na perspectiva de reconhecimento do cidadão visando sua emancipação. No entanto, a sociedade não permite esse tipo de autonomia, porque vivemos em um mundo alienado e cheio de interesses capitalistas. Em seu livro *Luta por Reconhecimento* (2003) Honneth traz uma reflexão sobre o indivíduo e seu meio social, relacionando-o com o sistema em que está inserido, sendo visualizada a dificuldade de inserção justamente devido ao próprio sistema.

Neste sentido, sob a perspectiva de Axel Honneth<sup>9</sup>, o reconhecimento do indivíduo seria a forma ideal da teoria crítica contemporânea de emancipar o sujeito

---

<sup>8</sup> Axel Honneth é um importante pensador da teoria crítica, filósofo, foi assistente de Jürgen Habermas no Instituto de Filosofia da Universidade de Frankfurt entre 1984 a 1992. Autor da obra *Luta por reconhecimento*, importante subsídio bibliográfico deste estudo.

<sup>9</sup> MATOS, Patrícia. O reconhecimento entre a justiça e a igualdade. 2004. Disponível em [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br). Acessado em 03 de abril de 2007.

através de um pensamento crítico pautado na luta constante por igualdade nas lutas sociais.

Apesar da validade das teses deste autor, suas teorias têm um olhar diferenciado por Nancy Frazer<sup>10</sup> que concorda com o fato de que a esfera moral e simbólica é importante, mas, ela busca mostrar que não se pode separar a luta pela igualdade econômica da luta pela dignidade moral.

Este debate merece destaque, tendo em vista o atual confronto entre o Estado de Bem-Estar Social (Welfare State), entendido segundo Pereira (1998) como uma política social que integra um complexo político institucional denominado Estado de Bem Estar Social, pressupondo uma prática de política distributiva<sup>11</sup>, porém que não altera a estrutura capitalista da sociedade, não produz nenhuma transformação em tese. De outro lado, a política distributiva é capaz de transformar a estrutura da sociedade capitalista para um modelo socialista. Segundo Frazer (2003) a intersecção de reconhecimento e afirmação tem como resultado o multiculturalismo dominante e que de certa forma não é transformador, apenas resultando na desconstrução de um modelo de sociedade dominante.

Por acreditar que reconhecimento e redistribuição devem merecer a mesma atenção, Nancy Frazer propõe englobar que as lutas sociais cresçam no sentido de buscar a justiça social com melhor distribuição dos recursos e das riquezas e por reconhecimento dos valores culturais e pela dignidade social.

---

<sup>10</sup> Nancy Frazer é uma autora de prestígio internacional que defende a tese de que o reconhecimento causa no cidadão o “despertar” da luta e emancipação.

<sup>11</sup> A política distributiva pode ser entendida como uma forma democrática de distribuição de renda pautada na inclusão social.

O que podemos perceber entre as posições, tanto de Frazer como de Honneth, que é nas lutas sociais que a sociedade promove aflora e determina o objeto e o tipo de movimento o qual se faz. Em certos movimentos é mais forte a luta por reconhecimento, já num outro é por distribuição melhor da riqueza produzida pela população ao longo dos anos. Salienta-se que a sociedade é permeada por uma imensidade de culturas diferenciadas, o que possibilita que cada povo busque seus interesses instigando o surgimento de movimentos, associações, enfim, de órgãos que possam atender a suas expectativas.

## **1.2. Desigualdade**

Um dos grandes temas discutidos na atualidade diz respeito às condições em que a maioria das populações de países em desenvolvimento está vivendo. A questão da exclusão social<sup>12</sup>, bem como a fome e miséria, passaram a ter dimensões continentais a partir do momento em que é assumido publicamente como problema político, não apenas social ou econômico, principalmente dentre aqueles países que enfrentaram o chamado flagelo da fome<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Considero, pois, que o conceito de exclusão social neste final de século é reforçado no primeiro mundo por captar duas grandes marcas: a da perda de um patamar alcançado e do não respeito à aquisição do novo direito à diferença. Ou a perda do lugar conquistado na responsabilidade pública, social e a discriminação quando da não realização do direito à diferença. Deste ponto de vista considero que o conceito de exclusão social hoje se confronta diretamente com a concepção de universalidade e com ela a dos direitos sociais e da cidadania. A exclusão é a negação da cidadania. (Sposati, 2005. (Disponível em:<[www.dpi.inpe.br/geopro/exclusão/exclusão.pdf](http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusão/exclusão.pdf) > Acesso em: 27 de novembro de 2006).

<sup>13</sup> O flagelo da fome pode ser interpretado através das desigualdades sociais em que o Brasil está vivendo. Segundo dados da ONU estima-se que a partir do ano de 2015, os países menos desenvolvidos poderão passar a ter 420 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza.

A pobreza no mundo somente tem seu reconhecimento como uma questão pública a partir do século XIX com a revolução industrial. Iniciada na Inglaterra, onde esta passou a produzir os primeiros postos de trabalho assalariado e com eles também vieram contingentes de trabalhadores em número além da necessidade das indústrias.

Com isso passam a constituírem-se contingentes de trabalhadores excedentes do mercado daquela época. Daí surge alguns dos conceitos de pobreza, vista até então como fator natural, já que a maioria da sociedade tradicionalmente era pobre e advinda de uma cultura religiosa pautada na ideologia da igreja católica que pregava a vida franciscana e a pobreza como desejo de Deus.

Portanto, “o reconhecimento dessa situação como problema social começa a partir do momento em que esse contingente de trabalhadores desempregados precisa migrar para outras regiões em busca de comida, abrigo ou trabalho”. (SCHWARTZMAN, 2004, p. 88).

Um dos principais conceitos da pobreza, nascido na Inglaterra, dá conta de que um sujeito pobre era uma vítima e precisava de apoio já que era considerado inepto, devendo lutar por sua própria sorte. Esta é uma situação bastante contraditória, pois uma vez que havia o reconhecimento do pobre como vítima e de que era incapaz, como poderia lutar por suas próprias forças? É nesse contexto que Marx sugere que a pobreza não é uma questão moral e de caráter do indivíduo, mas, um problema estrutural, ligado ao funcionamento do modo de produção capitalista. Também ele reconheceu o relacionamento da pobreza com a forma como a sociedade se organizava naquele momento. Portanto, a questão da

pobreza deveria distinguir-se do desemprego porque este último era uma questão de momento, enquanto a pobreza era um problema estrutural (KONDER, 1998 p. 75-87). Aqui passamos a perceber não só o fenômeno da pobreza, como também o processo embrionário da exclusão social que o mundo do trabalho vem enfrentando, seja pela automação industrial, pela exigência de mão-de-obra qualificada, pela concorrência que há no mundo globalizado, ou ainda, na redução dos investimentos nos setores produtivos em detrimento do mercado financeiro que proporciona maior rentabilidade e lucros para as elites empresariais mundiais.

Assim, a desigualdade social no mundo não difere dos milhões de brasileiros que sem oportunidade de trabalhar dignamente passam a viver da pior maneira possível, excluídos da sociedade. Isto pode ser relacionado com os problemas das políticas públicas, no qual o Estado não contempla as necessidades sociais da população, contribuindo para que ocorra ainda mais exclusão social. Segundo Abranches (1989, p. 14):

As pessoas em estado de absoluta carência estão aprisionadas em uma cadeia de privações, oriundas da própria operação da ordem social e econômica que reduz suas chances reais de acesso a recursos que tornem possível de saírem de sua miserável condição.

No entanto, as políticas sociais deveriam atuar para erradicar a pobreza e a desigualdade social, visando a universalização de direitos assegurados pelo Estado garantindo a inclusão social e não exclusão, como se nota na sociedade.

Destarte, Abranches (1989) aborda a miséria como filha do subdesenvolvimento, pois, para este autor, a pobreza está ligada à marginalidade e desproteção, que, por sua vez, marginaliza o usufruto no acesso às oportunidades

de emprego e consumo, tornando-se desprotegido por falta de amparo público adequado e inoperante aos direitos básicos de cidadania.

Em síntese, ser pobre significa consumir todas as energias possíveis para manter-se vivo, sem se preocupar com mais nada, apenas com a própria sobrevivência e muitas vezes esquecendo que são cidadãos íntegros.

Segundo Abranches (1989, p. 17):

A necessidade tolhe a liberdade. Por isso, são politicamente mais fracos e dependentes. Sua existência, nessa condição debilita toda a nação. Porque nas comunidades em que parcela de seus membros permanece sem direitos e sem liberdade, o direito e a liberdade de todos estão sob ameaça. É por isso que a erradicação da pobreza deve constituir objeto de um acordo natural e plural, interessando a todos a afirmação inequívoca pelo menos dos direitos mínimos, que, não por acaso, são interdependentes: os direitos a liberdade e a vida.

Portanto, pobreza e desigualdade podem ser consideradas co-irmãs, já que, estão intimamente interligadas com as condições em que uma porcentagem da população brasileira está vivendo. Segundo dados do IPEA (2001)<sup>14</sup>, em 1999 havia 14,5% da população brasileira vivendo em famílias com renda inferior à linha de indigência e 34,1%, com renda inferior à linha da pobreza. Isso corresponde a 22 e 53 milhões de pessoas, respectivamente. Comparado ao ano anterior, houve um pequeno aumento: em 1998 havia 21,7 milhões de indigentes e 50,3 milhões de pobres. Como podemos observar, os dados sobre a pobreza no Brasil vêm aumentando significativamente, o que instiga aos governos criar mecanismos para controlar essas desigualdades.

Assim, a pobreza é caracterizada através da linha da pobreza que, conforme Abranches (1989) pode ser entendida através dos parâmetros de

---

<sup>14</sup> Extraído do estudo, "A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil" - Barros, Ricardo Paes de; Henriques, Ricardo; Mendonça, Rosane - IPEA – 2001.

satisfação das necessidades básicas vigentes em um determinado momento, em cada sociedade.

Segundo o mesmo autor, a desigualdade é fenômeno distinto da destituição, interagindo historicamente e estruturalmente, sendo que um reforça o outro obedecendo a lógicas distintas, econômicas e políticas.

Neste sentido, pode-se reduzir a desigualdade, transferindo a renda dos setores mais ricos para os grupos de renda média, ou seja, os que tangem a linha de pobreza, priorizando a igualdade entre as classes vigentes na sociedade. Do mesmo modo, é necessário que os parâmetros de renda e emprego permaneçam com um perfil inclusivo entre as classes. Para Haveman (apud ABRANCHES, 1989, p. 22), “do ponto de vista econômico, a erradicação da pobreza e o aumento da igualdade na distribuição de renda implicam ações diferentes e podem mesmo, em certas circunstâncias, induzir às demandas conflitantes ou produzir efeitos contraditórios entre si”.

Neste sentido, é possível reverter esse quadro de pobreza no Brasil através de mecanismos de redistribuição de renda à população, o que transformaria a sociedade brasileira. Salienta-se que desde sua colonização o Brasil foi e ainda vem sendo palco de exploração das riquezas naturais e humanas existentes para países com maior poder político.

Portanto, a pobreza e a desigualdade são fenômenos similares por estarem diretamente ligadas às escolhas e ações voltadas para objetivos que visam interesses e poder de determinada classe social. Ainda assim, temos clareza de que a miséria, a fome e exclusão social são resultados de um modelo de desenvolvimento que a maioria dos países tem adotado, sobretudo no continente

Americano e na Europa. Esse modelo de organização social, político, cultural, econômico e financeiro chamado de capitalismo moderno, além de não dar conta de resolver os problemas por eles produzidos ainda impõe condições para que o Estado afaste-se cada vez mais das suas atribuições de cuidar dos seus cidadãos que necessitam de sua tutela para poder sobreviver e ter acesso a políticas públicas que minimizem o sofrimento de uma camada considerável da sociedade mundial que vive abaixo da linha da pobreza.

É conveniente mudar alguns conceitos na sociedade e perceber o ser humano como tal e não apenas como um instrumento, mão-de-obra, que de alguma forma propicia lucro a determinadas classes sociais. Torna-se necessário reconhecer o indivíduo de fato conforme nos coloca a Magna Carta de 1988, como um cidadão que tem direito, principalmente, a liberdade e a vida. Vejamos:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade (CF, 1988, CAP. 1, ART 5º).

Reconhecer o direito de cada indivíduo simboliza incluí-lo na sociedade, através de políticas sociais que contemplem as necessidades, mesmo que básicas, destes seres humanos. Contribuindo, Honneth (2003, p. 63) salienta: "No novo contexto, o termo reconhecimento refere-se aquele passo cognitivo que uma consciência já constituída idealmente em totalidade efetue no momento em que ela se reconhece como a si mesma em uma outra totalidade".

Portanto, o reconhecimento faz parte da inclusão social e o ser humano precisa ser reconhecido como integrante da sociedade para buscar seus direitos e

cumprir seus deveres. No entanto, sabemos que isto muitas vezes não acontece na sociedade brasileira, mas há que se entender também que somos oriundos de uma cultura política que desde sua gênese esteve pautada no poder de alguns e submissão da grande maioria da população brasileira. No item a seguir iremos abordar estas questões com base no clientelismo vivido Brasil.

### **1.3 Clientelismo**

A história da teoria política está relacionada com sociologia, história, entre outras posições que estão imbricadas com suas idéias políticas e circunstâncias sociais. Segundo Gunnel (1981), a teoria política pode ser considerada como herança da teoria social e evolucionista do século XIX e da filosofia da história, que formavam o primeiro intelectual dos primeiros estudos deste campo. Ainda conforme nos aponta o mesmo autor, um dos escritores que teve grande influência na teoria política no século XIX foi Frederick Pollock. Segundo Gunnel (1981, p. 13) as idéias deste escritor estão relacionadas com:

[...] a história da teoria política como a história da ciência da política e, embora ele não acreditasse que tal ciência fosse igual as ciências exatas ou naturais, via como uma das suas principais funções descobrir criticamente especulações infundidas e projetos absurdos. Estava claro desde o começo que o fito desses estudos era não o de reviver o cadáver da erudição passada, mas de fazer mais significativa à vida de hoje e de nos auxiliar a encarar seus problemas com uma perspectiva mais exata.

Diante disso, salienta-se que atualmente diminuiu a tensão entre os historiadores da teoria política e os defensores da ciência política, pois, tornaram-

se campos que estão interligados e que na sociedade atual contribuem para as estruturas políticas vigentes na sociedade.

Partindo desta reflexão, salientamos neste item breves apontamentos sobre a trajetória política do Brasil com ênfase na questão do clientelismo, prática esta que segundo Farias (2000, apud OLIVEIRA, 1972), teve suas raízes no período pré-capitalista e é hoje uma prática da democracia moderna, sobretudo em países de terceiro mundo, que têm alvo na condição de pobreza da população um campo fértil para buscar a troca de votos por bens ou serviços de qualquer natureza, constituindo-se assim essa relação de dominação e dependência clientelística.

Segundo Farias (2000), o clientelismo está relacionado com a democracia burguesa, razão pela qual tem sobrevivido ao longo dos anos como uma forma de barganha profundamente enraizada nos processos político-eleitorais, onde o Estado burguês é o principal instrumento de aparelhamento institucional para garantir a continuidade das práticas da apropriação privada das coisas públicas, por isso a dependência passa ser uma consequência desse modelo de democracia imposto pelo sistema capitalista.

Sob esta perspectiva, Carvalho (1997) destaca que a concepção do clientelismo vem de um período colonialista traduzido pela relação de poder estabelecido entre coronéis proprietários de grandes extensões de terras e os governos. No coronelismo, como era também chamado, o poder político dessa época se relacionava desde o poder público local até a presidência da República. No Brasil esse período vai de 1889 até 1930, com destaque para o governo de

Campos Sales, que em 1898 dá início a uma nova forma de poder político a partir dos Governadores e não mais dos coronéis. Deixando então a modalidade onde coronel hipotecava seu apoio ao governante em troca de benesses, como isenção de impostos, benefícios fiscais e reconhecimento público do Estado, para outra perspectiva de relação de poder, em vista da decadência econômica dos fazendeiros e seu enfraquecimento político.

O clientelismo, segundo o mesmo autor, tem a ver com mandonismo e perpassa a história do Brasil que aumenta ou diminui à medida que se estabelecia as relações políticas no país, o que ocorreu com o período colonial com a perda do controle político dos coronéis, não interessando mais aos governantes manter estes na relação de poder. Percebemos que a partir daí a questão do clientelismo tem uma nova roupagem que deixa seus antigos clientes (os coronéis) para se relacionar com uma nova classe urbana, representada pela burguesia industrial. “Em sua história, o clientelismo esteve ligado com um tipo de relação entre atores políticos que envolvem concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”. (CARVALHO, 1997)

Segundo Carvalho (1997), o clientelismo foi um atributo variável de sistemas políticos macro e pode conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações de troca, negociação entre atores políticos. Desta forma, o clientelismo esteve relacionado com o coronelismo e ao mandonismo, envolvendo relações de troca de natureza clientelística. Ainda em consoante as idéias de CARVALHO (1997), destacamos que o clientelismo está muito relacionado com a prática do mandonismo. Segundo o mesmo autor ele pode ser entendido do ponto de vista

bilateral, no qual seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo.

Em síntese, destacamos que o clientelismo que permeou o Brasil no período compreendido entre 1889 a 1930, ainda traz para a sociedade atual muitos ranços, em especial nas políticas públicas que, em algumas circunstâncias, visam a troca, troca de votos, troca de favores, enfim, vivemos em uma sociedade “interesseira” no qual, ainda prevalece o poder dos mais fortes e a dominação sobre os excluídos da sociedade.

Conforme aponta Diniz (1982, p. 22), o clientelismo “tem a prática do favor e a arte da sedução política como elementos centrais de uma estratégia voltada basicamente para a conquista e a preservação do poder”. Desta forma, ele ultrapassa ações oriundas do coronelismo e adota relações de troca, no qual, naturalmente acabam sendo aceitas na sociedade brasileira abrangendo o triângulo: governo/políticos, população carente e interesseiros individualistas.

## **CAPÍTULO 2**

### **AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Este capítulo tem por objetivo apresentar breves considerações acerca das políticas sociais contemporâneas, abordando o papel do Estado e as políticas sociais no governo FHC e no governo Lula, a fim de compreender melhor como estão configuradas na sociedade brasileira as políticas sociais.

#### **2.1 Estado e políticas sociais**

O termo “política social” surgiu no séc XX como resultado da questão social<sup>15</sup> que a sociedade estava vivendo, sendo necessária a criação de mecanismos que possam minimizar seus problemas. Para atender suas demandas foram criadas as políticas sociais, voltadas para alcançar níveis maiores de bem estar dos membros da sociedade.

Pastorini (1997) salienta que em consequência da questão social que permeava o interior da discussão sobre o desenvolvimento econômico, as políticas

---

<sup>15</sup> A questão social é entendida como um conjunto das expressões da sociedade capitalista madura. (IAMAMOTTO, 1999)

sociais surgem no momento em que o mercado, como instância distributiva e eqüitativa, começa a ser questionado, aparecendo a necessidade da intervenção do Estado, através da criação deste mecanismo, a chamada política social, como uma alternativa para minimizar as desigualdades sociais.

Já conforme Netto (1992), as políticas sociais são seqüelas da questão social, ou seja, são conseqüências daquele conjunto de problemáticas sociais, políticas e econômicas surgidas, através da classe operária, dentro de uma sociedade capitalista e ainda assim, assegurando o desenvolvimento do capitalismo.

Assim, as políticas sociais podem ser definidas como um conjunto de programas e medidas que tem como objetivo principal assegurar o bem estar social, proporcionando as famílias melhores condições de vida, atuando com medidas que surte resultados a curto e longo prazo.

Corroborando, Pastorini (1997, p. 81) enfatiza:

[...] as políticas sociais são concebidas como um conjunto de ações, por parte do aparelho estatal, que tendem a diminuir as desigualdades sociais [...] são um conjunto sistemático de ações do Estado que têm finalidade redistributiva, quer dizer, nesta perspectiva, esses mecanismos estatais tenderiam a reverter as desigualdade (de certo modo entendidas como necessárias ou, até como naturais) existentes entre os indivíduos, desigualdades estas derivadas da distinta forma de participar na divisão social do trabalho, da riqueza, do mercado etc. São estas desigualdades as que geram uma sociedade heterogênea com situações de pobreza, de espoliação, de necessidades básicas não satisfeitas etc.

Portanto, nota-se que em casos como os apontados na citação acima, as políticas sociais têm a função de minimizar estas desigualdades visando ações que

possam restabelecer o equilíbrio social da população através da redistribuição de renda.

Ainda, segundo o autor citado acima, as ações do Estado, ou, as políticas sociais, deveriam ter um caráter compensatório, com vistas a reparar os danos sociais feitos aos indivíduos pela sociedade, com resultados momentâneos e corretivos das desigualdades produzidos no mercado, como consequência do desenvolvimento capitalista. Porém, sabemos que esta perspectiva de análise encontra um entrave muito forte quando se depara com uma estrutura sócio-econômica voltada para a acumulação e valorização do capital.

Conforme pontua Demo (2000, p. 35): “As políticas sociais privilegiam mais políticas assistenciais do que aquelas de cunho político, optando por ver o cidadão como beneficiário mais do que como portador de direitos e sujeito capaz de conquistar sua própria emancipação”.

Desta forma, a desigualdade vivida pela sociedade está relacionada com a falta de oportunidade de trabalho da população. Pereira (2002, p. 49) considera “a pobreza como ausência de recursos materiais ou monetários para satisfazer necessidades”. A supervalorização do trabalho abarca consequências tanto positivas quanto negativas para o indivíduo, já que, se este tem emprego, conseqüentemente tem renda, o que garante segurança financeira à família e negativamente quando sem oportunidade, o indivíduo e sua família passam a ser mais um excluído socialmente.

Conforme Abranches (1989, p. 27):

No Brasil, atualmente, convivem duas formas de pobreza. Aquela de natureza estrutural, mais arraigada e persistente, associada ao desdobramento histórico de nosso padrão de desenvolvimento, e a

pobreza cíclica, que se agravou com a crise do desemprego, a queda da renda, suas concentrações crescentes e a aceleração inflacionária.

Portanto, é possível observar que as desigualdades sociais estão interligadas com o sistema histórico-econômico em que o país está inserido. Este fator pode ser associado à trajetória histórica em que o Brasil passou e da maneira como foi colonizado acarretando na população brasileira o desemprego que pode ser considerado como um processo de dependência e escravização.

Tendo em vista, as dificuldades sociais enfrentadas pelas populações do terceiro mundo, o *Welfare State* (Estado de Bem Estar Social), torna-se referência para a gênese das políticas públicas e sociais, sendo que a partir dele o Estado começa a pensar em políticas públicas com o olhar voltado para a inclusão social e cidadania do indivíduo beneficiado.

Neste sentido, entram em cena as políticas sociais através de programas de geração e transferência de renda para minimizar essas problemáticas sociais que permeiam o desenvolvimento econômico e sustentável do Brasil.

O surgimento dos programas federais para gerar e transferir renda à população mais carente tornou-se conseqüência da estrutura de mercado capitalista a que o Brasil vem se desenhando historicamente, enraizado a um processo globalizado, acarretando cada vez mais concentração de capital.

Neste sentido, os programas de transferência de renda são considerados, segundo Silva (2004, p. 15), referindo-se ao sistema brasileiro de proteção social:

Os sistemas de proteção social são formas, às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas que todas as sociedades humanas desenvolvem para enfrentar vicissitudes de ordem biológica ou social que coloquem em risco parte ou totalidade de seus membros. Assim, podemos encontrar, mesmo em sociedades muito simples, instituições que são responsáveis pela proteção social tais como a família, as instituições religiosas e até

mesmo algumas instituições comunitárias. Entretanto, o que define a proteção social em sociedades complexas como a nossa é a sua formidável institucionalização, a ponto de tornar este conjunto de atividades um significativo e importantíssimo ramo da divisão social do trabalho e da economia.

Portanto, parafraseando Silva (2004), salientamos que o sistema de proteção social passou a ter influência na população brasileira a partir de 1930, quando o país deixa de ter características socioeconômicas agro-exportadoras e passa a seguir um modelo urbano-industrial. Neste contexto, o Estado Nacional passa a assumir a regulamentação da educação, saúde, previdência, programas de alimentação e nutrição, habitação popular e saneamento.

Porém, entramos no século XXI e ainda há distância muito grande entre os indicadores econômicos e sociais. Segundo o autor citado acima, atualmente o sistema de proteção social tem se mostrado incapaz de enfrentar o empobrecimento da população e a falta de proteção social que não dão espaço a esse contingente de pessoas no mercado de trabalho, estando sujeitas a trabalhos precários, instáveis, sem proteção social e remuneração muito baixa:

Os programas sociais têm sido orientados, historicamente, por políticas compensatórias e desvinculadas das políticas de desenvolvimento econômico, cujos modelos só têm servido para incrementar a concentração de renda e a manutenção de uma economia centrada na informalidade, que exclui a maioria dos trabalhadores dos serviços sociais que deveriam atender a população mais carente (SILVA, 2004, p. 29).

Partindo destes pressupostos, atualmente temos o aumento do desemprego e a destituição de direitos sociais que outrora foram conquistados, incumbindo ao Estado-Nação providências quanto à instituição de programas e projetos sociais que realmente atendam as necessidades da população, sendo que

isso somente tornou-se realidade a partir do momento em que o Estado começa a perceber as maiores dificuldades social a que os indivíduos estão inseridos para, a partir disso, organizar políticas sociais coerentes a tal realidade social.

Neste sentido, os programas nacionais são, em sua grande maioria, destinados às pessoas com renda familiar *per capita* de meio salário mínimo, exceto para o BPC (Benefício de Prestação Continuada), que determina renda inferior à 1/4 do salário mínimo. Este controle é realizado através do cadastro único realizado em todos os municípios brasileiros pelo setor de Assistência Social que visa acompanhar e manter o Governo Federal informado sobre a real situação das famílias que recebem estes auxílios de renda mínima.

Assim, dentre os vários programas de renda mínima que atendem a população brasileira destacamos o programa Bolsa Família, tema central de nosso estudo, como um mecanismo importante no combate à fome e miséria. Trataremos dessa temática com maior ênfase no item 2.1.2 deste estudo. No entanto, para podermos compreender a questão social no Brasil contemporâneo, faremos um estudo sobre as políticas sociais no governo FHC e, a seguir, no governo Lula.

### **2.1.1 As políticas sociais no governo FHC**

Para entendermos o que se passou em termos de políticas sociais no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2000), precisamos resgatar sua trajetória política, que tem suas raízes no modelo neoliberal de Estado desencadeado no Brasil a partir da eleição de Fernando Collor de Mello (1990-1992), seguido por seu sucessor Itamar Franco (1992-1993), seu vice, que assume

logo após a renúncia de Collor: “É nesse cenário que surge a figura de FHC que passa a comandar a economia do Governo Itamar Franco, lançando mão do Plano Real, tendo como principal meta debelar a inflação e a paridade da nova moeda brasileira - o Real - ao Dólar”. (PEREIRA, 2002, p. 159-161).

Com o fortalecimento do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, ele torna-se o sucessor do Presidente Itamar, elegendendo-se Presidente da República em 1994, lançando no seu primeiro dia de governo o Programa Comunidade Solidária através da Medida Provisória (MP 815/95) como estratégia de combate à pobreza, legado do Plano de Combate à Fome e à Miséria pela Vida (PCFMV) do governo anterior e que teve como principal mentor intelectual o sociólogo Herbert de Souza, o “Betinho” (PEREIRA, 2002, p. 166-172).

Em seu discurso político, FHC priorizaria saúde, educação, emprego, agricultura e segurança, no entanto, isso de fato não aconteceu, pois, na realidade a meta do governo FHC não era especificamente o social e sim estabilizar a moeda. “Seu governo foi pautado na estabilidade econômica, inflacionária e política”. (LESBAUPIN), 1999, p 52.

O debate mais consistente na área social de combate a exclusão e à fome do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) foi marcado pelo Programa Comunidade Solidária coordenado pela Primeira Dama, Sra. Ruth Cardoso, juntamente com a pastoral da criança e adolescente, proposta que pretendia erradicar a fome no país, principalmente entre as crianças com uma das mais conhecidas receitas de combate à desnutrição infantil: a multimistura.

Em síntese, a ação social dos diversos Ministérios foi agrupada com base em quatro critérios principais:

- programas voltados a alterar, imediatamente, o modo rotineiro de funcionamento de serviços sociais básicos, como é o caso da valorização do ensino fundamental;

- programas que enfrentem situações graves e emergenciais de segmentos sociais em situação de extrema dificuldade, como a população empobrecida do campo, os idosos e deficientes físicos;

- ações específicas destinadas a reduzir ou eliminar a fome, como os programas de alimentação e nutrição;

- programas que envolvam tarefas urgentes ditadas pelo novo padrão de crescimento econômico e sua exigência de se aumentar a empregabilidade de importantes segmentos da força de trabalho.

Em resumo, impunha-se como um grande desafio para a política social brasileira a profunda reestruturação desse sistema, visando:

-descentralizar a execução;

-elevar a participação e o controle público;

-racionalizar gastos;

-aumentar a eficiência alocativa;

-eliminar desperdícios;

-melhorar a qualidade dos serviços prestados e ampliar a cobertura universalizando os serviços e, sobretudo, aumentar o seu impacto redistributivo<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> TIEZZE, Sergio. A organização da Política Social no governo FHC. Dados extraídos do site: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acessado no dia 12.12.2006.

Portanto, o governo FHC foi voltado para a organização de um sistema que nos mandatos anteriores havia sido fragilizado por uma política voltada para corrupção e exploração das riquezas da população brasileira.

Nas instituições governamentais, a justificativa dos limites das ações repousa no descompromisso do Estado com um projeto político que vise a constituição e não somente a reprodução de sujeitos para além do mundo do consumo e do hedonismo, percepção que torna elucidativa a postura de Pinto (ibid., 1997: 18), quando afirma:

*O cidadão liberal, mesmo na sua versão europeia social-democrata torna-se vazio frente à explosão de identidades culturais surgidas nas últimas décadas do século XX. O cidadão é um espaço fechado e circular de significados, em que não cabe sexo, cor, idade e preferência sexual. A isto corresponde a incompetência do sistema político e de suas instituições em incorporar estas novas lutas. Incompetência esta que, fique bem claro, faz parte da própria natureza assumida por estas instituições no mundo contemporâneo. Isto significa dizer que o surgimento das novas identidades não é ameaça, obrigatoriamente, às instituições políticas democráticas, mas sim ameaça às instituições tais como elas estão constituídas, nas quais antigas e severas divisões entre o público e o privado é fundamental para a manutenção e reprodução das mesmas.*

Esta reflexão permite perceber que o cidadão vai além da sua identidade cultural, tornando-se elo entre o Estado e as políticas sociais.

### **2.1.2 As políticas sociais no governo Lula**

O debate sobre a fome e exclusão social no Brasil toma contornos maiores a partir de 2003 com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva que incorporando no seu programa de governo ações de combate a fome e a exclusão através do Programa Segurança Alimentar e Nutricional – FOME ZERO, programa este já concebido

ainda em 1992 pelo Programa Comunidade Solidária concebido pelo sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho<sup>17</sup>

Para Ramos, (2005 p. 51-53-60-66):

[...] os diferentes papéis atribuídos à sociedade contemporânea, propõem um papel preponderante ao Estado, capaz de superar o Welfare State que adquire um novo significado, reformulando sua teoria e prática, buscando por meio da participação nas decisões e definições das políticas públicas incorporar os anseios das populações mais pobres.

Após ver a flexibilização das relações de trabalho dificultar ainda mais o acesso a ele, espera-se do Estado ser ele provedor de justiça social, atendendo de maneira eficiente questões que o avanço do capital não possibilita resolver. Por isso esse novo modelo de Estado provedor precisa ir além das políticas compensatórias. O problema surge quando esse Estado que deveria estar a serviço dos mais fracos, sob o comando de governos comprometidos com as elites capitalistas é utilizado para enriquecer ainda mais e tirar proveito da sociedade já fragilizada por demais. Assim, o instrumento que deveria estar a serviço do povo pobre, ao contrário, acaba sendo instrumento de apoio e repressão das lutas que o povo faz para melhorar suas condições de vida.

Faleiros (2000, p. 134) afirma que estes problemas sociais são decorrentes da própria exploração pelo trabalho, e/ou exclusão do processo de produção e distribuição das riquezas produzidas e afirma que, “quanto mais explorada, mais a classe se torna carente, pois a riqueza social aumenta e as distâncias entre as classes se alargam”.

O trabalho, neste contexto, é o eixo em torno do qual se engendram as possibilidades de sobrevivência, ao mesmo tempo em que o nível de exploração do trabalhador revela as necessidades e carências individuais que configuram a demanda das políticas sociais:

Do ponto de vista das demandas da população [...] relaciona-se às graves necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras, necessidades estas que cada vez mais não conseguem ser

---

<sup>17</sup> Herbert de Sousa, o Betinho, foi um dos pioneiros no trabalho de combate a exclusão, através das comunidades solidárias, onde a população se organizava para prover o seu próprio sustento por meio de trabalho com hortas comunitárias, roças comunitárias e outras iniciativas com suporte governamental de programas federais da época, funcionando durante todo o governo de Fernando Henrique Cardoso.

satisfeitas individualmente [...], pois vem crescendo espantosamente o contingente de trabalhadores sem carteira assinada, inchando o mercado informal, bem como a porcentagem de desempregados. (RAICHELIS, 1991, p. 101)

Por outro lado, percebemos que quando os órgãos públicos têm compromisso de apoiar e integrar suas políticas públicas às necessidades mais imediatas da população pobre, que vivem abaixo da linha da pobreza<sup>18</sup> esbarra-se na possibilidade de que aqueles que controlam a maior parte da riqueza do país relutem em aceitar o fato de que é papel do Estado criar condições de bem estar e reconhecer os direitos dos miseráveis acessarem os bens produzidos enquanto riqueza da nação.

O enfraquecimento da capacidade do Estado de investir e de promover políticas sociais universais produziu o agravamento das desigualdades sociais e da pobreza nesta última década: o consumo das famílias no PIB decresceu e passou de 8,7% em 1995, para -3,3% em 2003; e a taxa de crescimento do PIB caiu de 4,2% em 1995 para -0,2% em 2003, implicando na deterioração das condições de vida da população. (IPEA, 2001).

Esse processo atingiu as parcelas mais vulneráveis da população, entre elas, particularmente, as mulheres principalmente chefes de família. De forma direta ou indireta, os impactos se fizeram sentir na vida cotidiana; com a sobrecarga das atividades domésticas e familiares, em decorrência do agravamento ou ausência da qualidade dos serviços públicos; como nas atividades na esfera pública, com o aumento da precariedade das relações de trabalho e da

---

18 - Os dados do Banco Mundial dão conta de que no mundo são uma infinidade de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, o que ele mesmo define os casos em que uma pessoa sobreviva com menos de US\$ 1 dólar por dia. Em termos nominais no Brasil representa hoje cerca de R\$ 70,00 (setenta Reais) por mês.

redução do tempo disponível para as atividades pessoais, associativas, cívicas e de lazer.

É neste momento que recorremos à teoria das políticas públicas de Reconhecimento e Redistribuição (SILVA, 2005) para avaliar o papel do principal agente de seguridade social, o Estado, no contexto da inclusão e no combate dos problemas que afligem o mundo do trabalho e da constituição da renda de sua população, enquanto cidadão de uma determinada nação.

Nesta perspectiva, reforçando o que abordamos até aqui reproduzimos o que diz a versão oficial do Governo Federal a respeito dos programas sociais:

O crescimento da pobreza e da desigualdade social em nível mundial teve como um de seus efeitos a formulação de políticas sociais dirigidas especificamente aos mais pobres e vulneráveis. O objetivo deste tipo de programa é criar condições para que os mais pobres e vulneráveis adquiram as capacidades necessárias para que consiga se incluir econômica, social, política e culturalmente na sociedade. A inclusão social é um processo multidimensional, que exige políticas específicas voltadas para melhoria de seu nível sócio-econômico e cultural, rompendo o círculo vicioso de reprodução da pobreza entre as gerações. (disponível [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br))

Tudo isso que apresentamos até este momento justifica a necessidade de aprofundarmos o debate e buscar maiores informações sobre o tema exclusão social e as políticas públicas de reconhecimento, redistribuição e transferência de renda, tanto para subsidiar a fundamentação desta pesquisa como para orientar outros processos, sejam eles: Programas de Gestão de Recursos Públicos nos diversos níveis de governo, estudos de casos dessa natureza ou para subsidiar a academia que deseja conhecer melhor a temática que estamos estudando.

Nosso interesse em avaliar o programa Bolsa Família não tem a pretensão de estabelecer juízo de valor sobre o programa. O que se pretende é trazer para o debate científico uma experiência de política pública implementada pelo Estado brasileiro e que vem tendo repercussão em outros países no mundo. Isto nos leva a crer que dada sua importância, precisamos investigar melhor a questão e apresentar a sociedade catarinense e brasileira um estudo capaz de subsidiar governos de diferentes esferas na implantação de políticas públicas nas áreas sociais e de inclusão das camadas menos favorecidas pela loteria biológica<sup>19</sup>.

Neste sentido, o programa Bolsa Família surgiu em outubro de 2003, “com o objetivo de unificar os programas de transferências de renda ou renda mínima compreendido por quatro programas federais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e o Cartão Alimentação”. (SILVA, 2005, p 138)

Segundo o mesmo autor, a unificação destes programas ampliaria os recursos federais, elevando o valor dos benefícios e melhorando o atendimento. Portanto, o propósito da unificação dos programas está relacionado com as articulações de programas nacionais, estaduais e municipais em implementação, na expectativa de instituição de uma política nacional de transferência de renda.

Desta forma, o programa Bolsa Família prioriza o combate à fome e a pobreza, representando proteção a todo grupo familiar, pois, possibilita a elevação dos recursos destinados à renda familiar do beneficiário, ou seja, é um programa que permite aos beneficiados receber dinheiro do governo federal, mas para isso

---

<sup>19</sup> A afirmação é constantemente feita por Frei Betto, em pronunciamentos em suas palestras quando se refere à fome dizendo que todos aqueles que não passam fome foram premiados com a loteria biológica de ter nascido em família que tem o que comer.

ser possível a família deve se adequar a algumas exigências, como manter os filhos na escola, por exemplo.

O Bolsa Família é destinado às famílias indigentes cuja renda *per capita* familiar é de no máximo R\$ 50,00 e famílias consideradas pobres cuja renda *per capita* equivale a R\$ 100,00. Porém destaca-se que o primeiro grupo de famílias recebe um benefício fixo no valor de R\$ 50,00 e mais R\$ 15,00 por filho de até 15 anos de idade, sendo no máximo 03 filhos. Já as famílias consideradas pobres recebem uma variável de R\$ 45,00 recebendo também R\$ 15,00 por filho de até 15 anos de idade. (SILVA, 2005, p. 139).

Destaca-se que, segundo SILVA (2005, p. 139), o programa Bolsa Família busca:

Ativar outros programas, como alfabetização, capacitação profissional, apoio à agricultura familiar, geração de ocupação e renda e microcrédito, cujo objetivo é integrar esforços para permitir autonomização às famílias, além do acesso a educação e a serviços de saúde para os filhos e da transferência monetária que permite melhoria na alimentação e na elevação das condições de vida do grupo familiar.

Salienta-se que a inclusão no Bolsa Família dá-se pelo cadastro único, que é realizado nos municípios. Este é um dos pré-requisitos para incluir-se como beneficiário do programa, sua distribuição é realizada de maneira descentralizada e é coordenada pelas três esferas de governo com atribuições articuladas e complementares definidas através da documentação do programa.

O benefício do programa é liberado através da Caixa Econômica Federal, sendo esta instituição financeira o agente operador do Cadastro Único e agente pagador. Desta forma, cada família recebe um cartão magnético da Caixa Econômica Federal e o titular da conta, geralmente a mulher, tem a autonomia para retirar o dinheiro. No entanto, salienta-se que o Bolsa Família tem como fonte para

alocação de recursos os programas de transferência de renda, impostos arrecadados e dotações do Orçamento da Seguridade Social da União que são consignadas ao programa.

Segundo Peres (2006, p. 106):

Até março passado, 8,8 milhões de famílias eram atendidas pelo programa. Isso representa cerca de 33 milhões de pessoas ou cerca de 78% do total de famílias brasileiras com renda abaixo de 120 reais por mês. Neste ano, o programa consumirá 8,3 bilhões de reais, uma bolada de impostos pagos pelos contribuintes que o governo transfere aos mais pobres. A quantia equivale a metade de tudo que o governo pretende investir em 2006 para construir estradas, hospitais ou açudes. Se atingir a meta de atender 11,1 milhões de famílias até dezembro, o Bolsa Família terá chegado a um exército de 44 milhões de famílias beneficiadas, o que corresponde a população da Espanha.

Portanto, o programa Bolsa Família é uma proposta que beneficia as famílias brasileiras para que elas possam viver em condições mínimas de sobrevivência. No entanto, destacamos que é necessário um controle assíduo desse programa, pois, ele deve proporcionar mecanismos que façam com que as famílias criem auto-suficiência e emancipação social e não se tornem dependentes dele. Salientamos que é necessário o acompanhamento das famílias, bem como capacitações para que elas tenham autonomia para suprir sua própria sobrevivência.

Os programas sociais fazem parte de uma relação social contraditória e isto precisa ser visualizado na dinâmica da atuação dos conselhos municipais e participação efetiva da sociedade civil organizada. Não como parte do processo no qual o Estado não faz seu papel, mas como a expressão da busca, pela via política, de um espaço da diferença e da reafirmação de sua participação na luta pela formulação de estratégias e novos projetos políticos de classe, gênero e relações raciais. É necessário reforçar a responsabilidade dos setores públicos estatais

nessa área, indicando-lhes a necessidade de maior investimento no campo da constituição de sujeitos que são capacitados para realizarem as ações de controle e gestão das políticas públicas.

### **CAPÍTULO 3**

## **O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SÃO MIGUEL DO OESTE: REDISTRIBUIÇÃO OU RECONHECIMENTO?**

### **3.1 Descrição do município onde foi realizada a pesquisa**

O município de São Miguel do Oeste está situado no extremo Oeste de Santa Catarina e limita-se ao sul: Com o município de Descanso; ao Leste: Com os municípios de Barra Bonita, Romelândia e Flor do Sertão; ao Oeste: Com os municípios de Bandeirante e Paraíso e ao Norte: como município de Guaraciaba. A área geográfica do município de São Miguel do Oeste é de 236,2 Km<sup>2</sup>. Possui atualmente 33.061 mil habitantes, com cerca de 90% concentrados no setor urbano. Do montante de habitantes no município, conforme estimativas do IBGE (2005), os descendentes de etnias se distribuem da seguinte forma: italianos (62%), alemães (30%), caboclos, negros e outras etnias (0,8%). É um município que mantém desde sua fundação, nos anos 40, uma economia vinculada à agricultura, mas que começou aos poucos a enfrentar os problemas dos grandes

municípios catarinenses e brasileiros, entre eles a pobreza e, conseqüentemente, a favelização.

A extração de madeira, principalmente a Araucária, se constituiu como elemento determinante da colonização do município de São Miguel do Oeste. Em meados de 1940 começaram a chegar as primeiras famílias na localidade para trabalhar na firma Barth, Benetti & Cia Ltda., que extraía e exportava madeiras. A partir desta data outras famílias, fixaram residência na localidade, a maioria oriunda do Rio Grande do Sul.

No ano de 1943 construiu-se a primeira igreja católica e foi escolhido o padroeiro do município, São Miguel Arcanjo, que é protetor dos madeireiros. Entre 1940 a 1948 acontece o impulso de desenvolvimento da colonização promovido pela exportação de madeira, isso não ocorreu de forma tão intensa como se esperava por alguns fatos que marcaram esse mesmo período. Como por exemplo um longo período de estiagem que impediam a preparação das balsas e o envio da madeira via rio Uruguai para o porto de Uruguaiana onde era embarcados em navios para o exterior e o surto de febre tifóide, que por falta de medicamentos, vitimou inúmeras pessoas.

Em 21 de agosto de 1949 vários habitantes se reuniram no salão paroquial e fundaram a sociedade amigos de Vila Oeste, com o objetivo de promover a criação do distrito, que aconteceu em 21 de dezembro do mesmo ano, através da Lei 25-A. Transformado em distrito, a localidade passou a chamar-se São Miguel do Oeste, numa junção dos nomes "Vila Oeste" e "São Miguel Arcanjo". (Fonte: [www. sc. gov. br](http://www.sc.gov.br))

O município de São Miguel do Oeste foi criado em 15 de fevereiro de 1954, sendo empossado como primeiro prefeito o senhor Leopoldo Olavo Erig que mais tarde renuncia para concorrer a deputado estadual cedendo a vaga ao senhor Waldir Bottaro Daniel, que permaneceu até 15 de novembro de 1954, quando passa a assumir o primeiro prefeito eleito Senhor Olimpio Dal Magro. Atualmente o representante do executivo de São Miguel do Oeste é o senhor João Carlos Valar que cumprirá mandato até o final do ano de 2008.

Como sua principal fonte fomentadora da economia ainda é a agricultura e a pecuária, a sua rápida urbanização não acompanhou a infra-estruturação para atender as necessidades de uma cidade de porte médio e sua nova realidade de centro urbano. Aqui nos referimos especificamente às condições de saúde, educação, transporte, moradia e outras questões de responsabilidade do poder público local. Entre as demais preocupações está a ausência de propostas para diminuir as desigualdades sociais, que ao longo do tempo foram se agravando e como não houve políticas públicas capazes de enfrentar esta nova realidade do jovem município, que recentemente completou pouco mais de meio século, está aumentando gradativamente o contingente de pobreza.

Nota-se, que cada vez mais os jovens rurais buscam melhorar de vida migrando para outros estados, como São Paulo, por exemplo, na perspectiva de melhores condições de vida. Porém, sabemos que a realidade apresentada em estados como São Paulo não propicia melhores condições de qualidade de vida ao contingente populacional que migra para lá, pois, atualmente está saturada de mão de obra, o que a torna mais barata e conseqüentemente aumenta as desigualdades sociais e exploração da população. A região oeste é rica em recursos hídricos e

agrícolas o que possibilita condições aos munícipes dispor de subsídios para sua sustentação. O que acontece é que a carência em políticas públicas na área agrícola instabiliza o crescimento do município, abrindo espaço para que os jovens, em especial, busquem melhores condições de vida fora do município.

Segundo Silvestro (2001, p. 24):

É do oeste de Santa Catarina que se origina uma considerável quantia de jovens trabalhando hoje em redes de churrascarias e lanchonetes nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Trata-se de migração altamente organizada: somente as duas agências voltadas a esta atividade, localizadas em São Miguel do Oeste e Guaraciaba, colocaram nada menos que 700 jovens, na grande maioria rapazes durante o ano de 2000.

Neste sentido, enfatizamos a importância de incentivos aos jovens do extremo oeste do estado de Santa Catarina para permanecer e investir no próprio município desenvolvendo-o regionalmente e possibilitando aos jovens não correr o risco de ficar desempregado quando for buscar melhores condições de vida em outras regiões.

O Índice de Desenvolvimento Humano de São Miguel do Oeste, conforme nos aponta o IPEA (2002) atinge o Índice de Longevidade de 0,879 no município, de 0,811 no Estado e de 0,710 no Brasil. O Índice de Educação é de 0,908 no município, 0,906 no Estado e 0,830 no Brasil. O Índice de Renda é de 0,727 no município, 0,750 no Estado e de 0,720 no Brasil. No Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0,838 no município, 0,748 no Estado e 0,772 no Brasil.

### **3.2 Caracterização dos entrevistados ou questionados.**

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda do governo federal direcionado às famílias de baixa renda, vinculando o recebimento de um auxílio financeiro como complemento na renda familiar e sustentação das famílias beneficiadas. O Programa Bolsa Família está vinculado ao Cadastro Único, criado pelo Decreto 3.877, de 24 de julho de 2001, e dos antigos programas de transferência de renda do Governo Federal, chamados Programas Remanescentes como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação que contribuem para selecionar as famílias que serão beneficiadas<sup>20</sup>.

Em síntese, o programa tem por objetivo promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias beneficiárias; combater a pobreza; e promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (art. 4, decreto 5.209/04). Por força da Lei nº 10.836/04, o critério utilizado pelo Programa Bolsa Família para a seleção das famílias inscritas no Cadastro Único é o de renda familiar *per capita* de até R\$ 100,00 por mês<sup>21</sup>.

Assim, os benefícios financeiros do Programa Bolsa Família estão divididos em: básico ou fixo e variável, de acordo com a composição e a renda familiar. Cada família do programa recebe entre R\$ 15,00 e R\$ 95,00 por mês, dependendo da sua situação sócio-econômica e do número de crianças e adolescentes entre 0 (zero) e 15 (quinze) anos e gestantes. O pagamento dos benefícios é feito

---

<sup>20</sup> Dados extraídos do site [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br). Acessado no dia 26 de dezembro de 2006.

<sup>21</sup> Idem.

mensalmente, por meio de cartão magnético, sendo a mulher, preferencialmente, a responsável legal pela família.

Neste sentido, o Programa Bolsa Família, em São Miguel do Oeste, atende hoje cerca de 1.000 famílias e estão na lista de espera pelo menos mais 500 famílias, número que retrata as condições de pobreza que o município enfrenta. Mesmo com este programa seriam necessárias outras ações para combater o processo de empobrecimento e favelização do município, pois, pouco ou quase nada está acontecendo neste sentido. Por esse motivo, o programa Bolsa Família constitui-se uma das alternativas de renda e que existe no município, por isso nosso interesse em aprofundar as informações coletadas através dos estudos que fizemos junto aos beneficiários e gestores desse programa no município.

### **3.3 Metodologia de análise**

Para efetivar os levantamentos dos dados pretendidos utilizamos como instrumentos metodológicos para abordar a temática em questão a pesquisa quali-quantitativa com base em pesquisa de campo, objetivando avaliar a dimensão moral nas políticas sociais de distribuição de renda, verificando se o Programa Bolsa Família implantado no município de São Miguel do Oeste contribui para a superação da dependência e do clientelismo e a construção de cidadania.

Neste sentido, a técnica qualitativa de pesquisa busca conhecer a trajetória, modo de vida, experiências sociais do sujeito, sua inserção no ambiente de trabalho, porém, torna-se necessário apoiar-se em técnicas quantitativas para melhor fundamentar a pesquisa e analisar os dados identificados.

A respeito dos instrumentos metodológicos utilizados para a coleta de dados, a pesquisa quali-quantitativa é definida por Baptista (2005, p. 21)<sup>22</sup> como:

A abordagem quantitativa quando não exclusiva serve de fundamento ao conhecimento produzido pela pesquisa qualitativa [...] a pesquisa quantitativa não deve ser oposta a pesquisa qualitativa, mas ambas devem sinergicamente convergir na complementaridade mútua [...].

Destarte, através da análise quali-quantitativa da pesquisa, foi possível visualizar com sustentação teórica-prática os propósitos do estudo em questão, respondendo aos questionamentos apresentados no presente estudo.

Contribuindo, Bauer (2002) salienta que os métodos e os procedimentos são meios pelos quais cientificamente se presta conta publicamente de evidências identificadas numa pesquisa social, mas é necessário ter liberdade na busca sem censura dessas evidências. Este define também com certa precisão o que diferencia uma pesquisa qualitativa de quantitativa. No caso da pesquisa quantitativa, ela está diretamente ligada a dados estatísticos numéricos diretos e objetivos, enquanto a pesquisa qualitativa está relacionada com o levantamento de opiniões que poderão ser as mais variadas possíveis, pois não são numéricas, e sim interpretam a realidade social do local pesquisado. Desta forma, os enfoques quantitativos e qualitativos representam posições epistemológicas profundamente diferentes e também não representam as únicas alternativas de métodos.

### **3.3.1 População e amostragem**

---

<sup>22</sup> BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O Debate sobre o uso e técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: Seminário sobre Metodologia Qualitativa de Pesquisa, p. 21)

A pesquisa foi realizada a partir do registro de cerca 1.000 famílias beneficiárias do programa Bolsa Família cadastradas junto a Secretaria Municipal de Ação Social, representadas por uma amostragem de 10% desse público do município de São Miguel do Oeste, distribuídos em 14 bairros da cidade entre os quais famílias beneficiárias e gestores dos programas sociais existentes no âmbito do poder público municipal local. Sendo que no caso dos gestores são cerca de 40 componentes membros de Conselhos Municipais, neste caso específico de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional, dos quais foram entrevistados 20% desse público.

Definiu-se por realizar a pesquisa quali-quantitativa, devido alto número de beneficiados, vislumbrando a possibilidade de aliar a parte teórica e a parte prática do estudo acarretando em resultados significativos aos analisar os dados finais deste estudo. A amostragem do público questionado deu-se através da amostragem proporcional estratificada que segundo Labes (1988, p. 28), “possibilita um melhor tratamento estatístico à pesquisa, considerando a existência de uma ou mais variáveis, conferindo assim maior grau de confiabilidade aos resultados”. Neste sentido, o método de coleta de dados deu-se através de um questionário com perguntas abertas e fechadas para facilitar e complementar o questionário aplicado ao público alvo.

A amostragem dos entrevistados foi definida através do número total de família beneficiadas atingindo 10 % do universo. Segundo Labes (1988), o universo de uma pesquisa significa um conjunto de características comuns em um determinado conjunto de população e a amostra desta pesquisa simboliza conforme LABES (1988, p. 25):

[...] a parcela ou parte da população escolhida [...] uma amostra é o subconjunto finito de uma população. O objetivo em obtermos uma amostra é garantir a representatividade da população, ou seja, a amostra obtida deverá corresponder em gênero e grau as características da população alvo.

Destacamos que o município de São Miguel do Oeste, segundo dados do IBGE (2005), possui 33.061 mil habitantes. Destes, o número total de beneficiados com o programa Bolsa Família é de 1.000 famílias. Porém, devido ao grande número de famílias beneficiadas optou pela amostra de 100 famílias entrevistadas conforme questionário em anexo, incluindo 08 gestores, compreendendo servidores públicos que atuam diretamente nos programas sociais e membros dos conselhos de assistência social e de segurança alimentar para identificar qual seu entendimento sobre o programa.

### **3.3.2 Coleta de dados**

A coleta de dados, deste estudo, deu-se através de:

- Questionário com questões abertas e fechadas;
- Entrevista semi-estruturada aos gestores de programas sociais;
- Fontes documentais:

As pesquisas sobre memórias, territórios e problemas sociais na atualidade em São Miguel do Oeste foram feitas a partir da análise das seguintes fontes:

- Livros, artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso, revistas e outros documentos escritos sobre os assuntos pesquisados, disponíveis

nas bibliotecas da UNOESC-São Miguel, Centro de Organização da Memória do Oeste Catarinense (CEOM), Biblioteca Pública de São Miguel do Oeste e Secretaria Municipal de Ação Social de São Miguel do Oeste;

- Leis aprovadas pela Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste que tratam das questões estudadas ou de outros moradores pobres da cidade – 2005;

- Documentos sobre a cidade de São Miguel do Oeste e região, sobre migração, êxodo rural e crescimento urbano referentes a última década, disponíveis na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e na Empresa de Pesquisa Agropecuária (EPAGRI) de São Miguel do Oeste;

- Censos Demográficos e outros dados relativos a São Miguel do Oeste e região, disponíveis na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de São Miguel do Oeste e na internet no endereço [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

### **3.3.3 Análise e interpretação dos dados**

O município de São Miguel do Oeste na sua área urbana é constituído por 14 bairros, dos quais pesquisamos em 8 deles, escolhidos por razões de condicionamentos sociais, conforme o que aponta os dados da Secretária Municipal de Ação Social, levantados a partir do atendimento prestado a essas comunidades, não necessariamente por ordem de maior ou menor demanda, constituídos pelos bairros Estrela, Salete, São Francisco, São Luiz, Santa Rita, Progresso, São Gotardo e Andreatta são os que concentram os maiores bolsões de

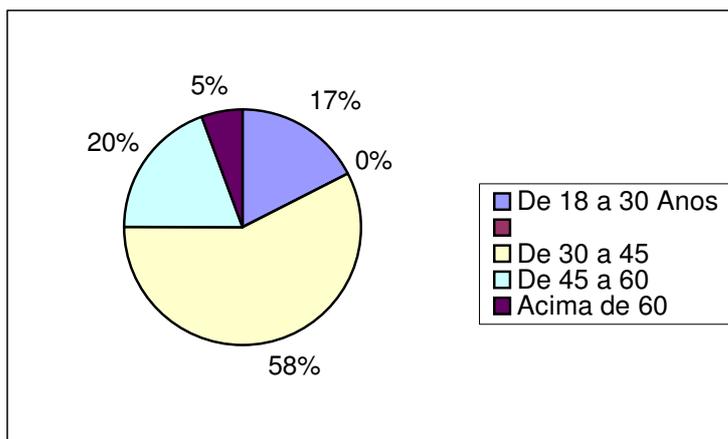
pobreza e por conseqüência mereceram atenção na realização do estudo que passamos a detalhar.

No município, aproximadamente 1.000 famílias são beneficiadas com o programa. Porém, utilizamos como amostra no estudo 10% desse universo representado por 100 famílias pesquisadas.

A partir da construção da parte teórica deste estudo, passamos agora a discorrer acerca dos resultados obtidos após a coleta de dados na pesquisa de campo. Neste item faremos um estudo detalhado sobre o programa bolsa família no município de São Miguel do Oeste, verificando se ele redistribui ou reconhece seus beneficiados. Faremos a apresentação dos dados através de quadros demonstrativos, tabelas e gráficos.

### 3.3.3.1 Caracterização dos Entrevistados

Gráfico 01: Idade dos Entrevistados



Fonte: Dados Primários

O gráfico 01 mostra que a faixa etária dos entrevistados compreende em sua maioria a idade entre 30 a 45 anos, correspondendo a 58% dos entrevistados, seguido de 20% dos entrevistados que possuem idade entre 45 a 60 anos. Ainda o gráfico demonstra que 17% são entrevistados que possuem idade entre 18 e 30 anos. Esses dados evidenciam que em condições normais uma pessoa que esta com essa idade tem plena condições para prover seu sustento. No entanto, como foi possível observar, isso não acontece, devido a falta de incentivo por parte das políticas públicas em incluir esse público representado por mulheres em cursos de profissionalização e oportunidade de ter o próprio trabalho.

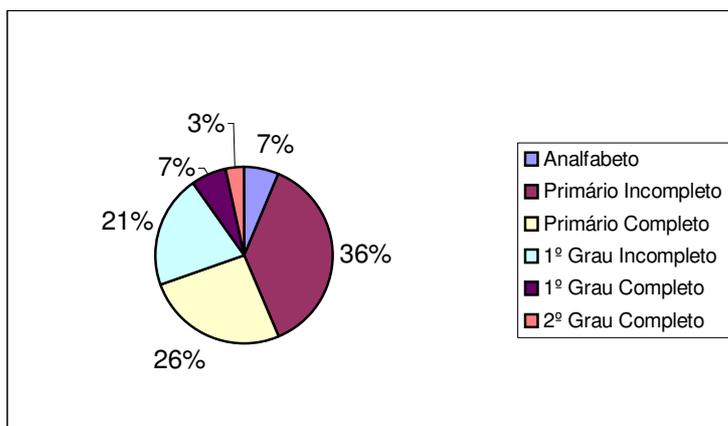
Observamos também que o maior número de entrevistados foram mulheres que conforme, uma entrevista cedida pelo presidente da república a Radio Brás, no dia 08 de março de 2007, “o Bolsa Família foi repassado para a mulher, porque a mulher tem mais responsabilidade e está mais preocupada”<sup>23</sup>. Porém, evidenciamos que esse dado retrata uma realidade que está somente no papel, pois o que presenciamos no nosso cotidiano é que, realmente, ela retira o dinheiro no banco, é a principal titular, mas quem administra esse recurso é o marido e muitas vezes é desvirtuado do seu real destino. Isso acontece, em nosso entendimento, devido à alienação das mulheres em relação a sua independência do sexo masculino. Portanto, é necessário incentivar e conscientizar essas mulheres a gerenciar o recurso oferecido pelo governo federal para contribuir na renda mensal da família. Outro ponto bem importante a ser destacado é a falta de assessoramento e acompanhamento do programa, pois, durante a pesquisa de campo foi possível visualizar que o governo lançou o programa e não preparou a

---

<sup>23</sup> Disponível em [www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br). **Café com o presidente**. Acessado no dia 20 de março de 2007.

população e os gestores do programa, acarretando da política e que quem se enquadra nas regras estabelecidas recebe e não tem uma capacitação quanto a seu uso. Enfim, não tem um acompanhamento especializado para efetivar o destino e aplicação desse recurso para a família beneficiada.

Gráfico 02: Escolaridade dos Entrevistados



Fonte: Dados Primários

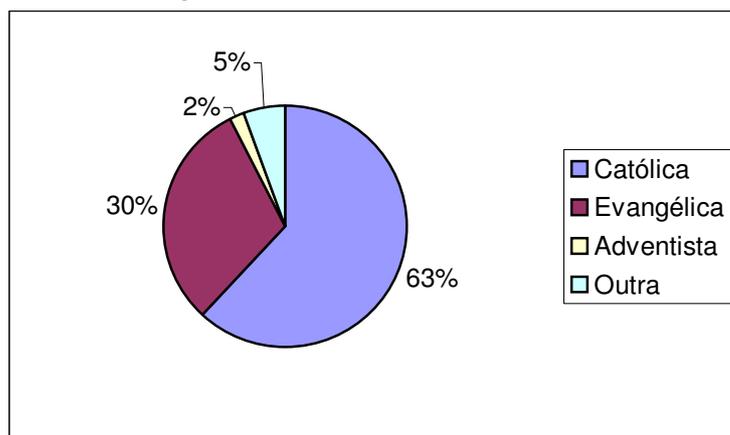
O gráfico 02 demonstra a escolaridade dos entrevistados sendo representada por 36% o número de pessoas que não concluíram o ensino primário, seguido de 26% que concluíram, 21% que fizeram o 1º grau incompleto, 7% são analfabetos, 7% concluíram o primeiro grau e 3% concluíram o segundo grau. No entanto, os dados expostos acima retratam a baixa escolaridade e falta de instrução dos sujeitos. Segundo dados retirados do IBGE, na síntese dos indicadores sociais de 2004, no Brasil, há, aproximadamente, 1/3 da população adulta com menos de quatro anos de estudo completos, sendo consideradas analfabetas funcionais.

Isso é preocupante, pois, a sociedade caminha em direção a modernização, tecnologia e se grande parte da população não possui o mínimo de

escolaridade e instrução, infelizmente, haverá dificuldade para incluir essa população a sociedade. É preciso investir em educação, geração de emprego, enfim, incentivar e oportunizar essa população a desenvolver suas potencialidades e traçar um futuro planejado para sua família e não apenas ficar no comodismo de receber um benefício, sem dar nada em troca. Essa reflexão desperta em nós, como pesquisadores dessa temática, uma dúvida que fica no inconsciente de cada leitor, o programa bolsa família redistribui ou reconhece o indivíduo? Inclui ou exclui essa família beneficiada já que fica alienado a uma renda *per capita* para continuar recebendo o benefício? Essas perguntas são fundamentais para que possamos avaliar de fato se ele contribui ou não na renda e desenvolvimento das famílias que recebem, pois, em nosso entendimento é uma ação emergencial, assistencialista e que não acarreta um resultado a longo prazo e sim de imediato.

Do ponto de vista religioso, o quadro dos entrevistados é o seguinte:

Gráfico 03: Religião dos Entrevistados



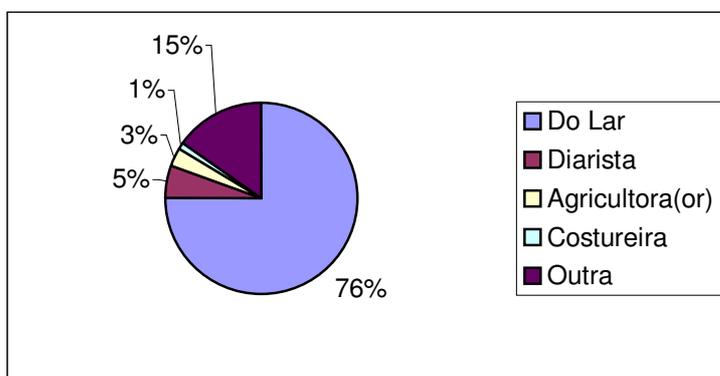
Fonte: Dados Primários.

Como foi possível observar no gráfico acima, 63% dos entrevistados são pertencentes a religião católica, 30% da evangélica, seguida de 2% adventista e

5% outras opções, mencionados pelos entrevistados como crente, assembléia de Deus entre outras. Salienta-se que no município grande maioria da população é oriunda da religião católica devido à cultura e colonização do oeste catarinense. Segundo dados extraídos da Igreja Matriz São Miguel Arcanjo, atualmente, o número de praticantes católico é de 27.757. Esse dado demonstra que a religião católica predomina em todas as etnias do município, inclusive devido aos primeiros colonizadores que foram da igreja católica. Como o Pe. Aurélio Canzi que chegou ao município na década de 1950 e fez muitas ações que contribuíram para a formação do município. Atualmente, muitos devotos do padre fazem orações e pedidos em seu túmulo, sendo ele considerado, no município, como “alguém que tinha poder para ajudar as pessoas”. Também destacamos que segundo estatística do quadro de religiosos no Brasil, os católicos são cerca de 153 milhões, destacando que população é de 187 milhões (IBGE, 2005). Isso se justifica pelo fato de que é a igreja católica que predomina no mundo devido a toda uma história defendida e criada pela igreja católica ao longo dos tempos.

O perfil profissional que encontramos nos entrevistados é o seguinte:

Gráfico 04: Profissão dos Entrevistados

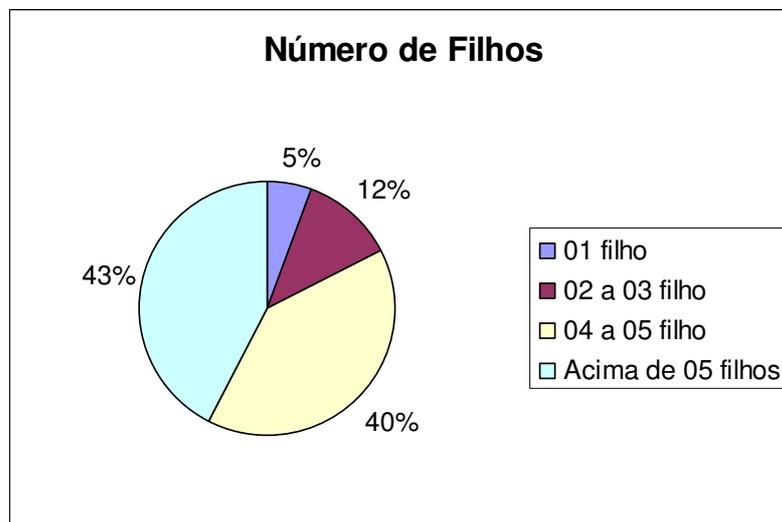


Fonte: Dados Primários

Observa-se no gráfico 04 que 76% dos entrevistados são do lar, 15% outra opção, 5% diarista, 3% agricultora, 1% costureira. Esses dados corroboram com o gráfico 01 referindo-se a idade dos entrevistados como ideal para prover o próprio sustento, portanto, como podemos visualizar no gráfico 05, 76% dos pesquisados são considerados do lar, profissão importante, mas que poderia ter outro trabalho, já que por vezes comentaram durante a aplicação do questionário que são do lar por não haver outra opção de trabalho na comunidade devido a baixa escolaridade e falta de profissionalização. Neste sentido, o expressivo número de donas de casa é um dado preocupante, já que, analisado a idade das entrevistadas, nota-se que possuem condições de trabalhar, pois, estão entre 25 a 45 anos o número que mais se declarou como do lar, porém sentem a carência de cursos, capacitações e profissionalização para ingressar no mercado de trabalho. Também se destacaram entre as 15%, outras profissões como catadores de papel, domésticas e aposentadas, porém dentre todas as profissões citadas a dificuldade econômica, principalmente, foi a mais evidente quando relacionada com o número de filhos e de pessoas que residem no domicílio.

Quanto ao número de filhos, os entrevistados responderam que:

Gráfico 05: Número de filhos dos Entrevistados



Fonte: Dados Primários

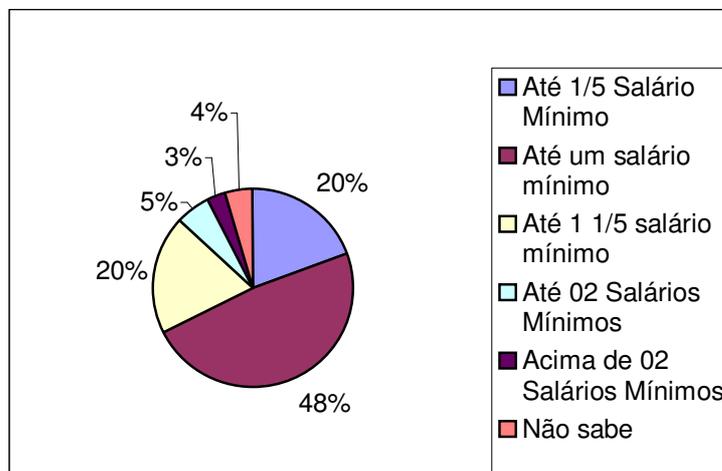
O gráfico 05 aponta o número de filhos dos entrevistados sendo que 43% possuem mais de 05 filhos, seguida de 40% dos entrevistados que possui de 04 a 05 filhos, apenas 12% com 2 a 3 filhos e 5% com apenas 1 filho. Esses dados demonstram o alto número de filhos, comparado a situações de pobreza em que se encontram. Porém dentre esse número há um grande contingente que já saiu de casa e constituiu uma nova família ou em outros casos migrou para outras cidades em busca de melhores condições de vida.

Segundo o artigo 3º da Lei Nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, o planejamento familiar é parte integrante do conjunto de ações de atenção à mulher, ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde.

Assim, é necessário conscientizar as famílias através de programas e acompanhamento a importância do controle de natalidade, principalmente, devido as condições econômicas em que se encontram.

O perfil de renda das famílias pesquisadas é o seguinte:

Gráfico 06: Renda familiar mensal dos entrevistados



Fonte: Dados Primários

O gráfico 06 demonstra que 48% dos entrevistados possuem renda familiar mensal equivalente a até 01 salário mínimo, seguido de 20% até meio salário mínimo, 20% até um salário mínimo e meio, 5% até dois salários mínimos e apenas 3% tem renda mensal acima de dois salários mínimos. Destaca-se nestes dados a dificuldade econômica dos pesquisados, pelo fato de que muitos não possuem capacitação adequada para enfrentar o mercado de trabalho, sendo excluídos, o que desmotiva a família a buscar aperfeiçoamento e emprego para aumentar a renda familiar.

Corroborando com os dados da pesquisa, acerca da renda familiar Suplicy (2002, p. 195) destaca:

Pode-se conceder um benefício que tenha todas as demais características de uma renda básica, mas que seja concedido na forma de bens ou serviços, por exemplo, na forma de uma cesta básica de alimentos padronizada ou no uso de um lote de terra. Ou poderia ser dado na forma de uma moeda especial com usos restritos, por exemplo, vale alimentação, créditos habitacionais etc.

Assim, podemos observar que temos várias formas de agregar renda, mas para a população mais pobre a renda é entendida como a básica. Vejamos:

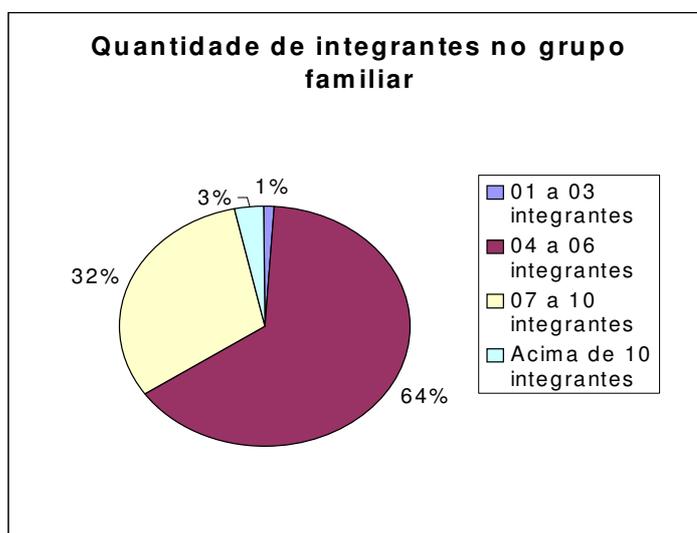
A renda básica, ao contrário, é paga em dinheiro, sem qualquer restrição quanto a natureza ou ao ritmo do consumo ou investimento que ela ajuda a financiar. Na maioria das variantes, ela complementa, em vez de substituir, transferências na forma de bens e serviços existentes, tais como ensino gratuito ou seguro de saúde básico [...] uma renda básica consiste em poder de compra fornecido a intervalos regulares, tais como uma semana, um mês, um semestre ou um ano, conforme a proposta. (SUPLICY, 2002, p. 196)

Com isso frisamos a importância da inclusão social dos menos favorecidos para ter acesso a bens e serviços, visando melhorar sua qualidade de vida e renda familiar mediante incentivos e acompanhamento dos programas oferecidos a sociedade.

### **3.3.3.2 Características das Famílias**

Em relação à família, começamos perguntando a quantidade de integrantes do grupo familiar:

Gráfico 07: Número de integrantes do grupo familiar dos entrevistados

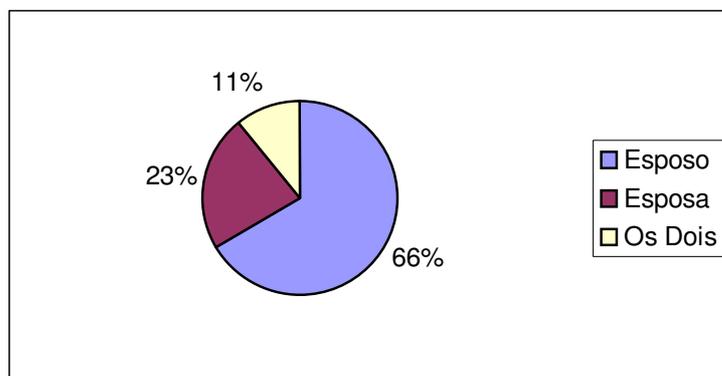


Fonte: Dados Primários

No gráfico 07, visualiza-se o número de integrantes no grupo familiar sendo evidenciado que 64% dos entrevistados possuem de 03 a 06 integrantes, seguido de 32% que possui 06 a 10, 3% acima de 10 integrantes no ambiente familiar e 1% de 01 a 03 integrantes. Estes dados contemplam a realidade das famílias de baixa renda do Brasil, cujo número de filhos é mais elevado do que em famílias que possuem melhores condições de vida.

Sobre quem é o chefe da família, obtivemos as seguintes respostas:

Gráfico 08: Chefe da família dos entrevistados

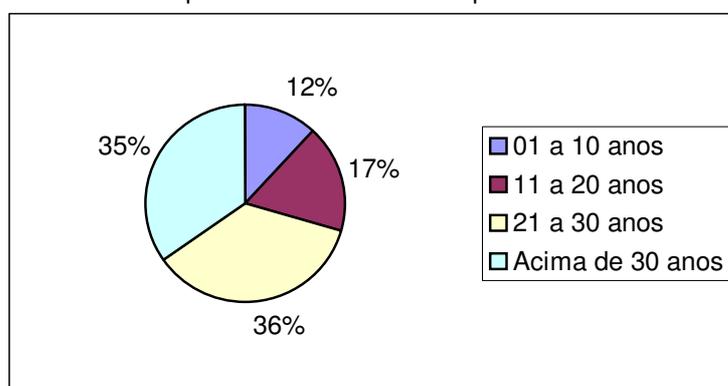


Fonte: dados primários

O gráfico 08 nos mostra quem é o “chefe da casa”, sendo que 66% dos pesquisados responderam ser o esposo o “chefe da casa”, seguido de 23% a esposa e 11% os dois. Acerca destes dados destacamos a aplicação do recurso recebido pelo Programa Bolsa Família, destacando-se o grande número de homens que utilizam o dinheiro para seu próprio benefício o que muitas vezes prejudica os filhos e a esposa que acabam sem ter acesso a qualquer valor do recurso recebido passando por dificuldades o restante do mês. Também merece destaque, que mesmo sendo a mulher a responsável legal para o recebimento do benefício na maioria das famílias entrevistadas, visualizou-se uma forte dominação do sexo masculino sobre o feminino.

Seguem os dados quanto ao perfil da moradia:

Gráfico 09: Tempo de moradia no município dos entrevistados



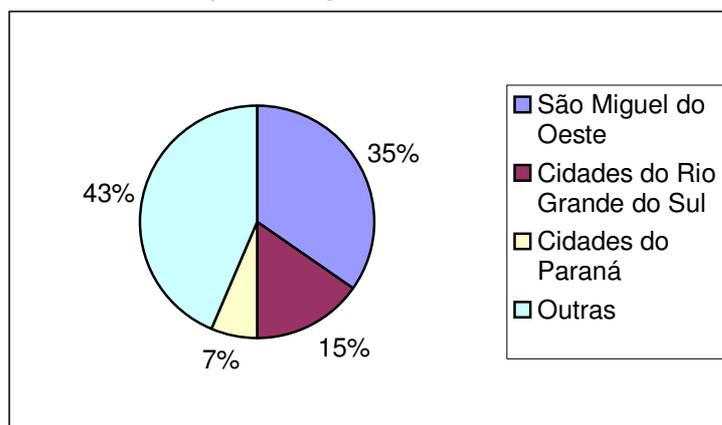
Fonte: Dados Primários

O gráfico 09 retrata o alto número de entrevistados que sempre residiram no município, correspondendo a 36%, seguido de 35% que residem no município a mais de 30 anos, 17% que estão residindo de 11 a 20 anos e 12% que residem de 01 a 10 anos. Esses dados podem ser relacionados com o tempo de moradia no município e questionados quando refletimos que mesmo residindo no município há

tantos anos não encontraram meios para se auto-sustentar, permanecendo em condições precárias de habitação e condições financeiras. Porém, isso pode ser explicado se analisado do ponto de vista cultural e sob a perspectiva de falha das políticas públicas, que em alguns casos o indivíduo e sua família são gradativamente excluídos da sociedade, pois, historicamente não possibilita nenhum tipo de formação e oportunidade à classe menos favorecida, passando muitas vezes por uma política de assistencialismo.

Quanto ao município de onde provinham, evidencia-se que:

Gráfico 10: Município de Origem dos Entrevistados



Fonte: Dados Primários

O gráfico 10 retrata que 43% dos entrevistados são oriundos de outra cidade, seguida de 35% que sempre residiram em São Miguel do Oeste, 15% são oriundos do Rio Grande do Sul e 7% de cidades do Paraná. Justifica-se o índice apontado acima, pelo fato de que o dado “outras” está representado por cidades vizinhas de São Miguel do Oeste sendo que houve um grande número de entrevistados que migraram de cidades menores em busca de melhores condições de vida. Merecem destaques cidades como Itapiranga, Dionísio Cerqueira, Paraíso,

Guarujá do Sul, São José do Cedro, entre outras que tiveram um grande número de pessoas que migraram de sua cidade de origem para São Miguel do Oeste. Também merece destaque, no gráfico acima, a representatividade dos pesquisados que sempre residiram no município: 35%, e o número de pessoas oriundas do Rio Grande do Sul devido a colonização do Estado pelos gaúchos.

A colonização do oeste catarinense deu-se por meio do interesse da extração da madeira, atraindo pessoas de todo estado, mas quem migrou para cá com maior intensidade foram oriundos do Rio Grande do Sul. Atualmente ainda temos muito presente no povo oestino a cultura e as tradições dos gaúchos.

Quanto às despesas mensais das famílias entrevistadas, os quadros abaixo demonstram os dados obtidos:

a) Aluguel:

Quadro n 01: Gasto com aluguel

Despesa Mensal	Medida de Gasto ( R\$)	Tem gastos com aluguel	Não tem gasto com Aluguel
Aluguel	50,00 a 130,00	13%	87%

Fonte: Dados Primários

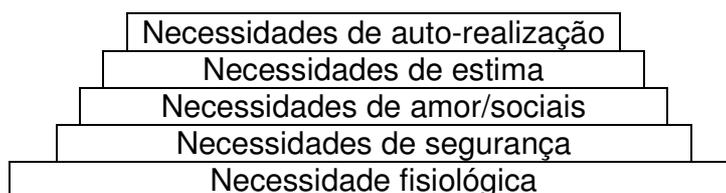
Quando perguntamos sobre as despesas com aluguel tivemos 87% famílias que moram em casa própria e 13% das famílias que têm uma média de gasto mensal de R\$ 50,00 a R\$130,00 com pagamento de aluguel. Essas famílias que residem em casa própria, obtiveram sua moradia graças as casas populares que tornaram-se alternativa de moradia para muitas famílias do município, analisadas positivamente, pois, esta é uma iniciativa que permite a população mais pobre condições mais dignas de moradia. Atualmente no município de São Miguel

do Oeste a prefeitura dispôs de apenas 49 casas habitacionais construídas em 6 anos da atual Administração para essas famílias.

No caso das necessidades básicas como alimentação, destacou-se a média de gasto entre R\$ 50,00 e R\$ 450,00, sendo observado por eles durante as respostas que a renda que recebem só atende a necessidade de alimentação e que muitas vezes quando os filhos estão doentes falta dinheiro para comprar medicamentos. Inclusive, nos casos entrevistados em que a família não tem renda fixa, muitas vezes até a alimentação é escassa, chegando a passar fome. Nestas horas buscam ajuda de entidades assistenciais para conseguir uma cesta básica e muitas vezes não conseguem por falta de cadastro no órgão, ou até mesmo devido à parte burocrática da instituição. Assim, esses fatos acabam gerando desnutrição especialmente nos filhos, atrapalhando todo ciclo de crescimento e desenvolvimento psicossocial da criança, acarretando conseqüências para sua vida toda.

Segundo a teoria de Maslow, a hierarquia das necessidades está distribuída no quadro abaixo, destacando-se as necessidades fisiológicas que abrangem a alimentação, sono, repouso, abrigo, ou desejo sexual e que muitas vezes é prejudicada e não atendida. Desta forma, no caso da alimentação, ela está na escala como uma das primeiras e principais necessidades do ser humano.

Quadro nº. 02: Hierarquia das Necessidades, MASLOW, 2003.



Quando questionados sobre o gasto que possuem com água, os pesquisados responderam que a média de gasto fica entre R\$ 3,50 a R\$ 50,00, porém, grande maioria tem o custo da taxa que é de R\$ 19,00. É importante ressaltar as benesses que água de qualidade traz para o organismo e para o corpo do ser humano. Neste sentido, os entrevistados possuem água oferecida pela CASAN, o que evidencia a qualidade da água consumida como adequada, pois passa por um tratamento específico de purificação. Mas, o que não sabemos é como essa água está sendo consumida pelas famílias, pois, em alguns casos a situação de encanamentos é precária e esse fato compromete a qualidade da água consumida.

b) Luz:

Quadro n 03: Gasto com Luz

Despesa Mensal	Media de Gasto ( R\$)	Não possui energia elétrica
Luz	5,00 a 100,00	06 famílias

Fonte: Dados Primários

O quadro acima demonstra a média de despesa mensal com energia elétrica das famílias pesquisadas, sendo constatado que a média de gasto ficou entre R\$ 5,00 e R\$ 100,00 sendo que 06 famílias não possuem energia elétrica instalada.

c) Medicamentos:

Quadro 04: gasto com medicamentos

Despesa Mensal	Media de Gasto (R\$)	Não tem gasto com medicamentos
Medicamentos	17,00 a 200,00	87%

Fonte: Dados Primários

O gasto mensal com medicamentos, conforme demonstra o quadro acima, ficou entre R\$ 17,00 a R\$ 200,00. Destacamos que quem necessita de medicamentos que o SUS não dispõe é uma minoria, pois, conforme as entrevistas obtidas, 87% das famílias não têm gasto com medicamento. Foi destacado pelos entrevistados que muitos remédios são oferecidos pelo SUS.

Cetolin (2001, p. 41), salienta que:

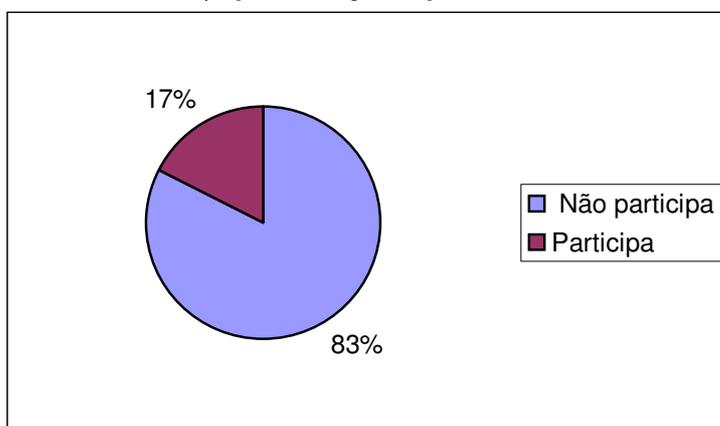
Os constituintes de 1988 captaram a exigência de modernidade sanitária e a manifestaram através do art. 196 da Constituição Federal, que estabelece que a saúde é garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos.

Também foram destacados como “outros gastos”, o valor de R\$ 30,00 a R\$ 150,00, citado como prestação de eletrodomésticos, gastos gerais e escola para os filhos.

### **3.3.3.3 Participação em Organização Social**

Em relação a participação em algum tipo de organização social, responderam os entrevistados da seguinte forma:

Gráfico 11: Participação de Organização Social dos Entrevistados



Fonte: Dados Primários

O gráfico 11 demonstra a participação social dos entrevistados, caracterizando que 83% não participam de nenhuma organização social e somente 17% participam.

Esse dado retrata a falta de politização dos entrevistados, pois, estão à mercê das questões sociais, por muitas vezes não ter quem os represente. Destacamos que é necessário realizar a conscientização da população sobre sua importância e informá-los que podem procurar essas entidades em busca da consolidação de direitos.

Neste sentido, entre os 17% que participam, merecem destaque as entidades citadas por eles:

- AMAPEC
- Igreja
- Bombeiro Voluntário
- APAS
- Grupo de Idosos
- Clube de Mães

- ACOMAR

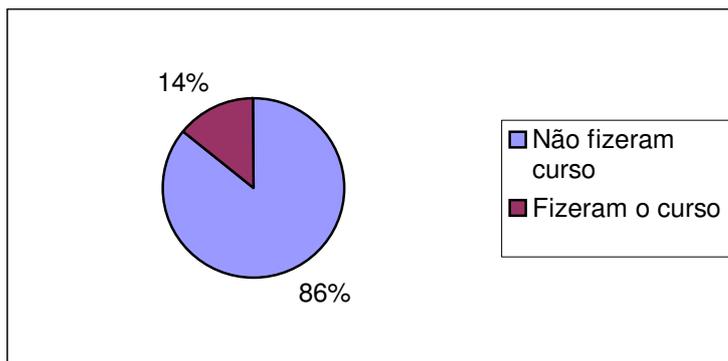
As entidades citadas acima fazem parte de ações assistenciais que amparam e capacitam o público migueloestino através de produtos artesanais, reciclagem de lixo, preparação para bombeiro voluntário, escola para surdos e mudos, entidades de lazer e religiosas que, de uma forma, ou de outra representam os seus sócios colaboradores.

No quesito entidades assistenciais do município, visualizamos que 55% dos entrevistados não têm conhecimento de nenhuma entidade e 45% destacaram que conhecem entidades assistenciais que atuam no município. Entre as entidades assistenciais mais citadas pelos entrevistados está a AMAPEC, “Agente de Saúde”, CAIC, Secretaria de Ação Social, UNOESC, APAE, APAS, igreja, pastoral da criança, prefeitura, AABB (Associação Atlética Banco do Brasil) Comunidade, sendo que o tipo de assistência oferecido pelas entidades citadas são:

- Artesanato manual
- Cesta básica
- Roupas
- Alimentos
- Saúde
- Cursos
- Programas sócio-educativos para crianças e idosos
- Escola para portadores de necessidades especiais
- Consultas médicas
- Assistência social
- Esporte

### 3.3.3.4 Realização de curso de formação técnica de trabalhos manuais para aumento de renda:

Gráfico 12: Realização de Curso de Formação Técnica de Trabalhos Manuais para Aumento de Renda



Fonte: Dados Primários

O gráfico 12 aponta que 86% dos entrevistados não realizaram nenhum curso técnico para o aumento de renda e que somente 14% já realizaram algum tipo de curso para o aumento de renda. Entre os entrevistados que responderam que já fizeram algum curso destacaram-se:

- Curso de corte e costura
- Cabeleireiro
- Torneiro mecânico
- Curso de informática
- Pintura
- Bordado
- Costura
- Culinária, doces
- Jardinagem e flores

- Eletromecânica
- Coleta de Material Reciclável

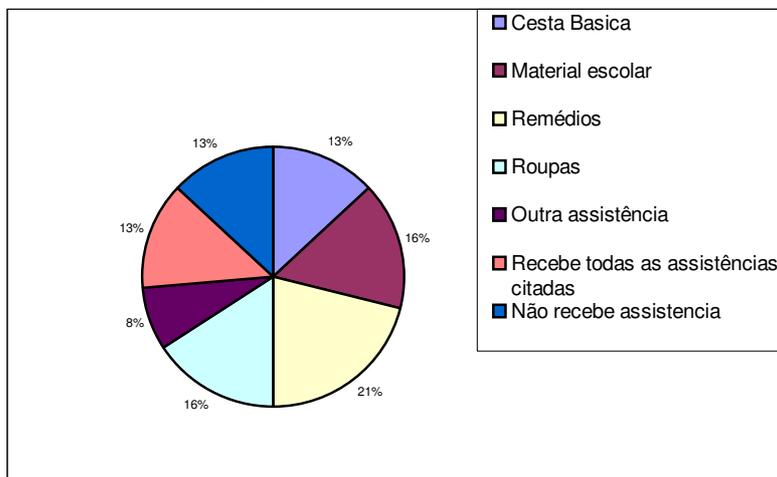
Esses dados retratam a realidade das populações mais pobres que não tiveram oportunidade de realizar algum tipo de curso para formação, o que exclui essa camada da população, principalmente, do mercado de trabalho, justamente por não ter nenhuma formação.

Antunes (1999) contribui quando menciona que o maior desafio da classe trabalhadora é adequar-se as tendências do mundo do trabalho.

Observamos que é um dado preocupante, pois, as famílias entrevistadas, em sua maioria, têm integrantes com idade entre 30 a 45 anos, idade na qual ainda é possível investir na capacitação profissional através de cursos e capacitações. No entanto, percebe-se a falta de oportunidade associada a falha nas políticas públicas e programas sociais que lançam os programas e não capacitam, orientam e fiscalizam de maneira eficaz. Este fato, aliado ao comodismo, em alguns casos, em freqüentar algum tipo de curso para formação profissional, contribui para o aumento das desigualdades sociais e pobreza.

### 3.3.3.5 Recebe Algum Tipo de Assistência:

Gráfico 13: Recebe algum tipo de assistência



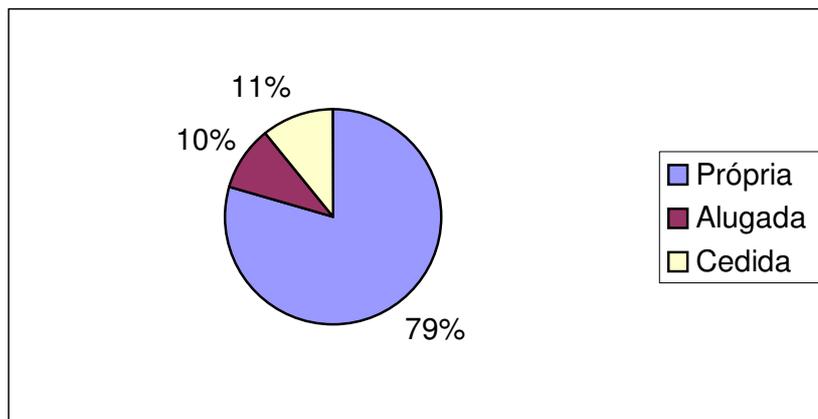
Fonte: Dados Primários

O gráfico 13 demonstra se os entrevistados recebem algum tipo de assistência. Observa-se que 21% recebem remédios, seguido de 16% que recebem roupas em campanhas de agasalho e doações, outros 16% recebem material escolar, seguido de 13% que recebe cesta básica, 13% que não recebe nenhum tipo de assistência citada e 13% que recebe todas as assistências citadas e ainda 8% que recebem outro tipo de assistência.

### 3.3.3.6 Características do Domicílio

#### 3.3.3.6.1 Condição de Moradia

Gráfico 14: Condição de Moradia dos Entrevistados

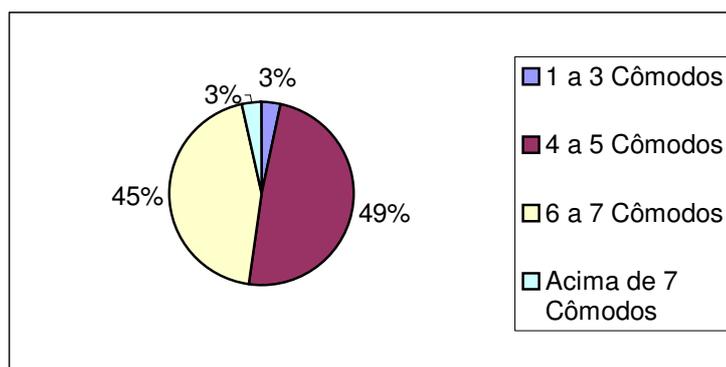


Fonte: Dados Primários

O gráfico 14 retrata as condições de moradia dos sujeitos entrevistados, sendo representada por 79% que residem em moradia própria, 11% em moradia cedida e 10% que residem de aluguel.

### 3.3.3.6.2 Número de Cômodos

Gráfico 15: Número de Cômodos



Fonte: Dados Primários

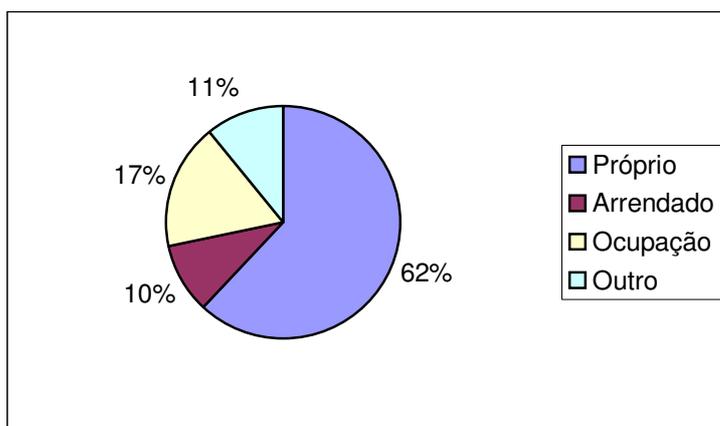
No gráfico 15 está evidenciado o número de cômodos das residências entrevistadas. Constatamos que 49% das residências têm de 4 a 5 cômodos,

seguida de 45% que tem de 6 a 7 cômodos e 3% de 1 a 3 cômodos seguidas de 3% que possui mais de 07 cômodos.

O número de cômodos está associado ao alto número de filhos dos entrevistados, sendo que em algumas residências o número de cômodos não corresponde ao número de filhos, tendo que dividir o mesmo cômodos com irmãos, pais, etc. Portanto, muitas casas não possuem estrutura física para acomodar adequadamente seus integrantes.

### 3.3.3.7 Terreno

Gráfico 16: Terreno dos Entrevistados



Fonte: Dados Primários

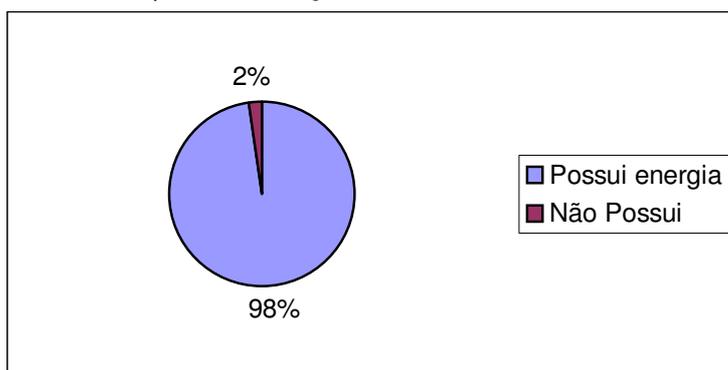
No gráfico 16 destacamos que 62% residem em terreno próprio, 17% residem em terreno de ocupação, 10% em terreno arrendado e 11% em outra opção de terreno. Esses dados representam que os entrevistados não possuem terreno próprio e residem no local por ocupação, arrendamento, outros, por terreno cedido. Enfim, muitos têm casa própria, porém o terreno não lhe pertence, o que os deixa legalmente em situação de risco.

### 3.3.3.8 Tipo de Abastecimento de Água

No que diz respeito ao tipo de abastecimento de água dos entrevistados, sendo constatado que 97% têm o abastecimento de água da rede pública, somente 2% possui poço próprio e 1% citado como “outro” não possui nenhum desses tipos de abastecimento de água.

### 3.3.3.9 Tipo de Iluminação

Gráfico 17: Tipo de Iluminação

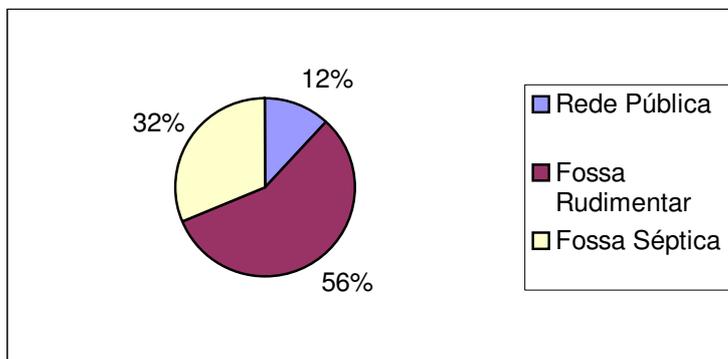


Fonte: Dados Primários

O gráfico 17 representa o tipo de iluminação dos entrevistados, sendo que 98% possuem relógio próprio e 2% não possuem energia elétrica.

### 3.3.3.10 Destino do Esgoto

Gráfico 18: Destino do Esgoto

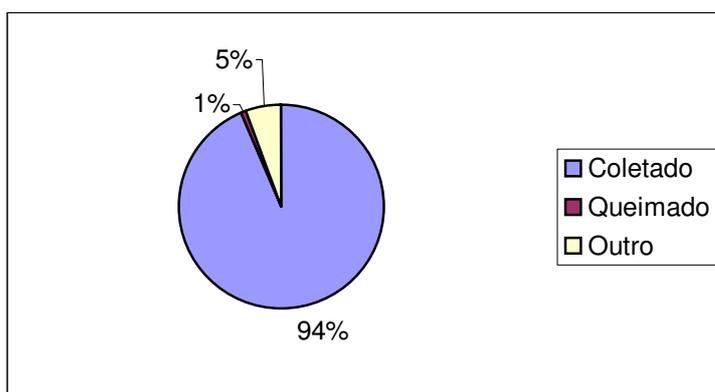


Fonte: Dados Primários

No gráfico 18 está representado o destino do esgoto, sendo constatado que 56% dos entrevistados possuem fossa rudimentar, 32% possuem fossa séptica e 12% destinam seu esgoto na rede pública.

### 3.3.3.11 Destino do lixo do Domicílio

Gráfico 19: Destino do lixo coletado



Fonte: Dados Primários

O gráfico 19 representa o destino do lixo coletado, sendo que 94% dos pesquisados têm coleta de lixo, 5% utiliza outros meios para eliminar o lixo domiciliar e apenas 1% afirma queimar o lixo.

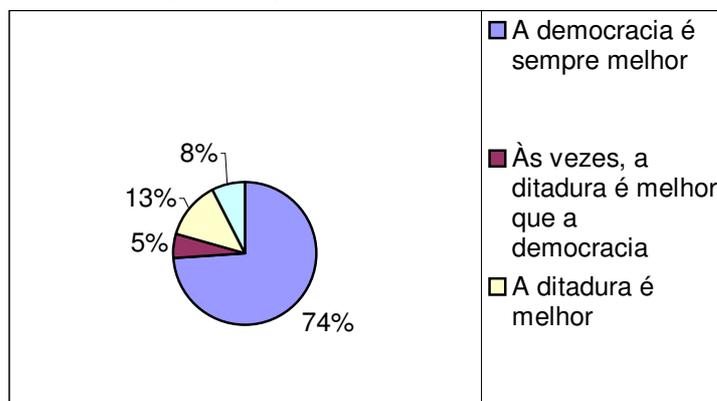
### 3.3.3.11 Cultura Política do Entrevistado

Passamos agora para a representação que o entrevistado possui da vida política. Nosso objetivo foi verificar se os beneficiários do bolsa família apresentam em suas falas uma visão “positiva” e mais “sofisticada” cognitivamente da realidade em questão ou, se, ao contrário, tendiam a reproduzir a visão “negativa” e fortemente marcada pela cultura do clientelismo de boa parcela das populações de baixa renda no Brasil.

Neste sentido, a primeira pergunta versou sobre a democracia:

#### 3.3.3.11.1 O que você pensa sobre Democracia

Gráfico 20: O que você pensa sobre democracia

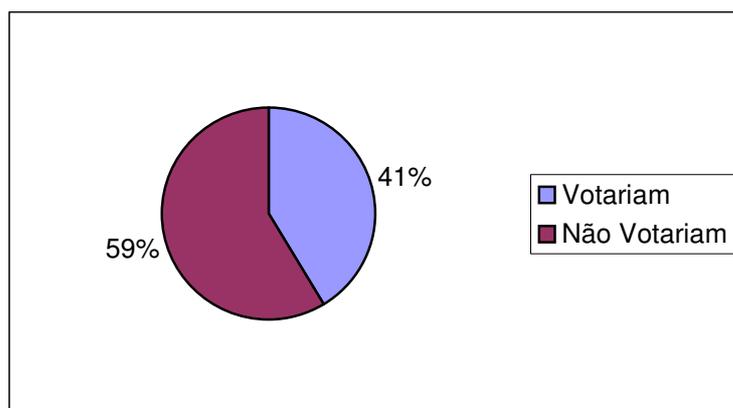


Fonte: Dados Primários

No gráfico 20 questionamos sobre o que eles pensam sobre a democracia. Obtivemos 74% dos entrevistados que pensam que a democracia é sempre melhor, 13% consideram a ditadura melhor, 8% não sabe o que é melhor e 5% pensa que às vezes, a ditadura é melhor que a democracia. No entanto, salientamos que mesmo diante das dificuldades enfrentadas, durante a pesquisa de campo evidenciamos que as famílias entrevistadas têm uma noção sobre o que significa a democracia. No entanto, não buscam lutar para que de fato ela se concretize.

### 3.3.3.11.2 Se o Voto Fosse Livre

Gráfico 21: Se o Voto Fosse Livre

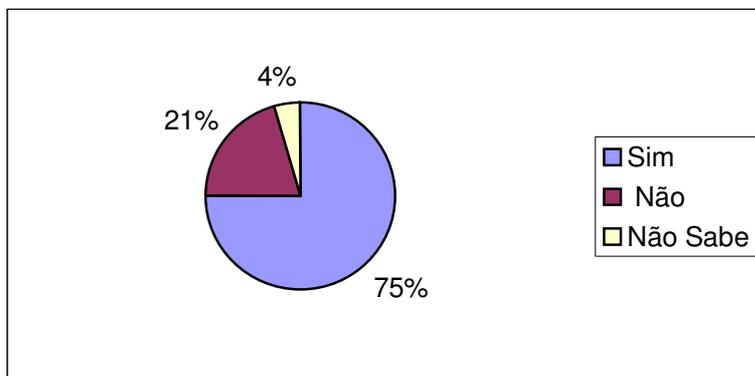


Fonte: Dados Primários

O gráfico 21 aponta que se o voto fosse livre, 59% dos entrevistados não votariam e 41% votariam. Esse dado retrata a cultura política do cidadão brasileiro, podendo ser compreendida como clientelista se analisada somente como um voto, pois, historicamente, a população não vê o voto como direito e sim como obrigação ou através da “troca”. Esse fato resulta na alienação dos eleitores que não tem consciência de que votando têm o dever de exigir seus direitos.

### 3.3.3.11.3 Os partidos políticos são importantes?

Gráfico 22: Os partidos políticos são importantes



Fonte: Dados Primários

No gráfico 22 observa-se que 75% dos entrevistados consideram os partidos políticos importantes, seguido de 21% que pensa que não é importante e 4% que não sabe.

### 3.3.3.12 Como você avalia os serviços públicos prestados no seu município?

Questionados quanto aos serviços públicos prestados no município, os entrevistados classificaram com notas de 0 a 10 ficando assim classificado:

Quadro 05: Avaliação dos Serviços Públicos

	0 a 5	6 a 8	9 e 10
Escola	1%	8%	91%
Creche	12%	20%	68%
Posto de Saúde	11%	24%	65%
Segurança Pública	20%	26%	54%
Saneamento Básico	14%	27%	59%

Áreas de Lazer	48%	27%	25%
----------------	-----	-----	-----

Fonte: Dados Primários

O quadro 05 aponta que 91% dos entrevistados deram nota para as escolas do município de 9 e 10, 8% deram nota de 6 a 8 e 1% deu nota entre 0 e 5. Em seguida, visualizou-se que 68% dos entrevistados deu nota entre 8 e 10 para as creches, seguido de 20% que deram nota entre 5 e 8 e 12% dos entrevistados deram nota até 5 para as creches do município.

No que se refere aos postos de saúde, visualizou-se que 65% dos entrevistados deram nota entre 9 e 10, seguido de 24% que deu nota entre 6 a 8 e 11% considerou a nota dada para as creches entre 0 e 5.

Quanto a segurança pública, a nota dada no município, evidenciou que 54% deu nota de 9 e 10, seguido de 26% que deram nota de 6 a 8 e 20% deram nota de 0 a 5.

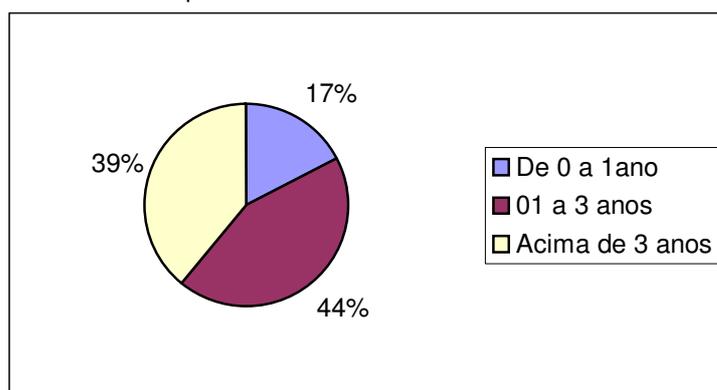
Quanto ao Saneamento básico, constatamos que 59% dos entrevistados consideram o saneamento básico com nota de 9 e 10, seguido de 27% que considera de 6 a 8 e 14% deu nota entre 0 e 5.

E por fim, visualizamos que a nota dada para as áreas de lazer do município foram: 25% deram nota entre 9 e 10, seguido de 27% que deram nota entre 6 a 8 e por fim, 48% deram nota de 0 a 5.

### 3.3.3.12.1 Questões Sobre o Programa Bolsa Família

a) Há quanto tempo recebe o benefício?

Gráfico 23: Tempo de Recebimento do Benefício

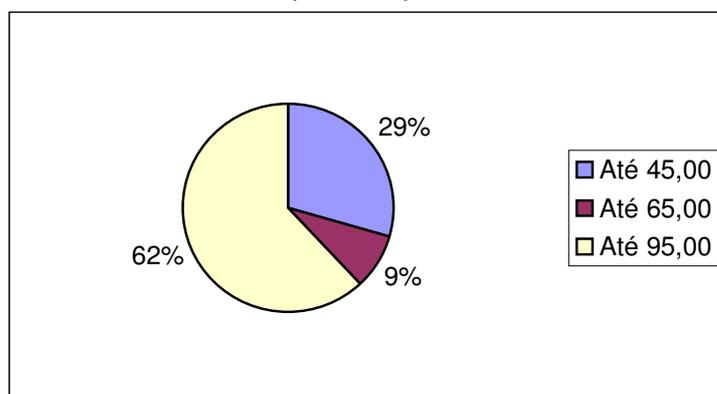


Fonte: Dados primários

No gráfico 23 está representado o tempo de recebimento do benefício, sendo que 44% dos entrevistados recebem o benefício do bolsa família de 01 a 3 anos, seguido de 39% que recebem acima de 3 anos e 17% que recebe a menos de 01 ano.

b) Qual é o valor da complementação de renda?

Gráfico 24: Valor da Complementação de renda

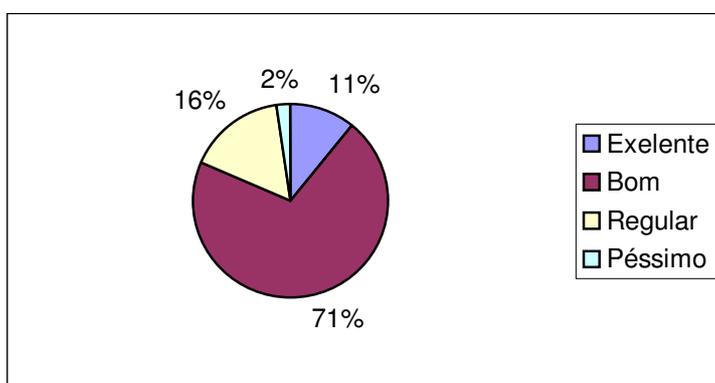


Fonte: Dados primários

O gráfico 24 aponta que 62% dos entrevistados têm o valor de complementação da renda de até R\$ 95,00, seguido de 29% que recebe até R\$ 45,00 e 9% que tem o valor de complementação de renda de até R\$ 65,00.

c) Como você avalia o Bolsa família?

Gráfico 25: Avaliação do Programa Bolsa Família



Fonte: Dados Primários

O gráfico 25 faz uma avaliação do Programa Bolsa Família, sendo considerado por 71% dos entrevistados como um programa bom, seguido de 16% que o considerara regular, 11% considera o programa excelente e 2% considerou como péssimo.

d) Quanto tempo a mais você acha que vai precisar do bolsa família?

Quando questionadas sobre quanto tempo a mais acha que irá precisar do bolsa família, as principais respostas obtidas foram até que os filhos saiam da escola; até ter direito ao recebimento do benefício; até ter maior estabilidade de emprego e econômico e também até que o governo der, vejamos:

“Até os filhos saírem da escola”

“Até os filhos ter 15 anos”

“Enquanto as crianças estudam”

Como observamos nas falas acima, os entrevistados têm intenção de receber o benefício até que os filhos saiam da escola, ou seja, até que tenham direito. Neste sentido, as falas abaixo contemplam essa intenção.

“Até ter direitos”

“Até os filhos terem direito”

Também, observamos a prática clientelista do programa na fala de um dos entrevistados.

“Até que o governo der”

E por fim, a consciência de alguns entrevistados aponta um planejamento familiar, a intenção de melhorar de vida como demonstra as falas abaixo.

“Até conseguir uma renda para sustentar a casa”

“Espero que não por muito tempo. Até der uma arrumada na vida”

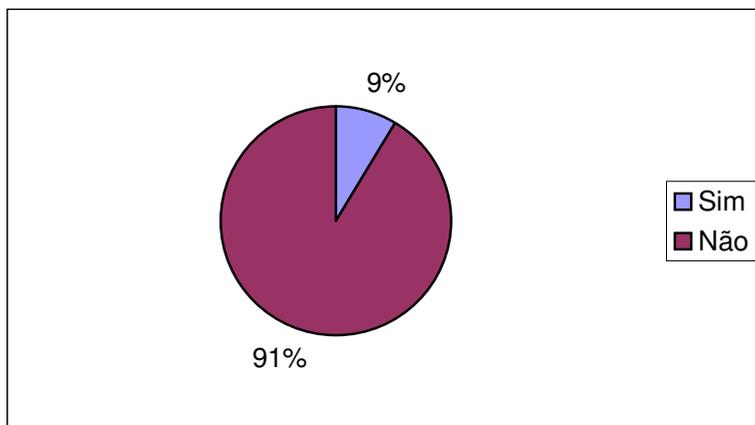
“Até arrumar um bom emprego”

“Até ter um serviço autônomo”

Desta forma, como evidenciamos na análise acima, são várias as compreensões sobre o tempo de recebimento do benefício de cada família. Salientamos que depende muito da dinâmica familiar de cada entrevistado sendo considerada sua cultura política, enfim, seu planejamento familiar e perspectiva de vida.

e) Para conseguir o Bolsa Família, você precisou da ajuda de alguém?

Gráfico 26: Precisou da ajuda de alguém para receber o benefício do bolsa família

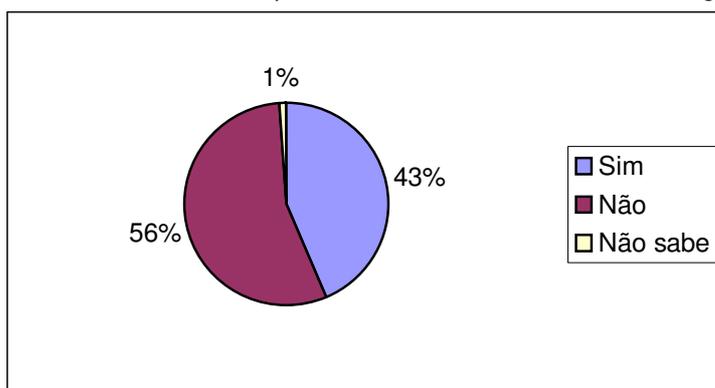


Fonte: Dados primários

O gráfico 26 aponta que 91% dos entrevistados não precisou da ajuda de ninguém para receber o benefício do Bolsa Família e 9% destacam que precisaram sendo mencionados pelos entrevistados a ajuda/orientação de políticos, escola, CAIC, agente de saúde, comunidade e assistente social.

f) É dever de quem recebe o bolsa família votar no governo que o criou?

Gráfico 27: É dever de quem recebe o bolsa família votar no governo que a criou



Fonte: Dados Primários

O gráfico 27 representa se é dever de quem recebe o bolsa família votar no governo que a criou. Para 56% dos entrevistados não é dever, já 43% dos entrevistados tem a obrigação de apoiar o proponente do programa.

### **3.4 Compreensão dos Gestores Sociais sobre o Programa Bolsa Família**

Neste item, faremos uma breve reflexão junto aos gestores sociais do programa bolsa família, buscando visualizar a realidade do programa em São Miguel do Oeste e o entendimento dos gestores sobre o mesmo. Para tanto, apresentaremos a pesquisa de campo através da caracterização dos entrevistados, sua opinião sobre a função do gestor público, como avalia o Programa Bolsa Família em São Miguel do Oeste, se atende a demanda de famílias inscritas, como avalia os resultados e se considera o programa uma política de diminuição da pobreza

#### **3.4.1 Caracterização dos Entrevistados**

O estudo realizado com o público aqui determinado por gestores que representam os mais diversos setores organizados da sociedade civil do município de São Miguel do Oeste partícipes dos Conselhos municipais que têm relação direta com os programas sociais implantados no município, mais os agentes públicos como assistentes sociais, secretários e agentes comunitários que atuam diretamente nesses programas. Os gestores envolvidos no Programa Bolsa Família são oriundos principalmente dos Conselhos de Assistência Social e de Segurança

Alimentar e Nutricional, com cerca de 40 pessoas, dos quais foram pesquisadas 20% deles.

As entrevistas foram previamente agendadas com a visita diretamente nos locais de trabalho dos gestores entrevistados, onde procuramos equilibrar a representação de pelo menos um representante de cada setor da sociedade civil, por exemplo, um representante de Sindicato Patronal e de Trabalhadores, uma associação empresarial e de um determinado movimento social. Em todas as entrevistas foram devidamente gravadas com a autorização dos mesmos, com exceção de dois casos que preferiram fazê-las por escrito.

Gráfico 28: Idade dos Gestores

**Erro! Não é possível criar objetos a partir de códigos de campo de edição.**

Fonte: Dados Primários

O gráfico 28 retrata a idade dos gestores pesquisados, prevalecendo com 37% a idade entre 20 a 30 anos, seguido de 25% de gestores com idade entre 41 e 50 anos, seguido de 25% acima de 50 anos e 13% de 31 a 40 anos.

Também, visualizamos que 62% dos entrevistados são do sexo feminino e 38% dos gestores são do sexo masculino. Salientamos que na sociedade atual, evidenciamos um relativo número de mulheres no mercado de trabalho, representando um avanço para as conquistas femininas. Vários estudos apontam sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, principalmente, quando se trata de questões sociais, observa-se o alto número de mulheres que realizam a função de gestoras sociais, assistentes sociais, conselheiras, entre outras profissões. Porém, esse fato traz ranços da história, onde historicamente quando havia algum problema de ordem social, as então chamadas “damas de caridade”

realizavam doações de comida, roupas e outras maneiras de assistencialismo diminuindo a questão social e atendendo emergencialmente os problemas sociais enfrentados pela população da época.

Quanto à escolaridade dos gestores, visualizamos que 62% possuem 3º grau completo e 38% dos gestores possuem o 2º grau.

Gráfico 29: Profissão dos Gestores

**Erro! Não é possível criar objetos a partir de códigos de campo de edição.**

Fonte: Dados Primários

A profissão dos gestores entrevistados está representada no gráfico acima, ficando assim definida: 37% dos pesquisados são assistentes sociais; 24% são professores; 13% bancários; 13% agricultores e 13% assessores de projetos sociais.

Salientamos que a função de gestor é definida pela legislação específica de cada Conselho Municipal.

Questionamos os gestores sobre o que consiste a sua função e como funcionam as políticas públicas. Os gestores destacaram que a função é administrar, conservar e modificar o bem público visando o bem estar do povo (Gestor 02), ainda destacaram que é função do gestor investir os recursos de forma correta nas políticas públicas, também a função do gestor está associada a coordenação dos trabalhos, bem como, o controle social. Vejamos nas falas abaixo:

Administrar, conservar e modificar o bem público, visando o bem-estar do povo. Quanto ao funcionamento das políticas públicas, percebo e constato uma inversão de valores, existem os gestores públicos que priorizam seus

interesses particulares deixando esquecidos os interesses públicos. (Gestor 02)

O gestor é quem administra o programa [...] Há alguma dificuldade em conferir os reais necessitados. (Gestor 03)

A função do gestor público constitui na responsabilidade em investir os recursos de forma correta nas políticas públicas. Quando dos investimentos correto por parte do gestor, as funcionalidades dessas políticas certamente atenderão os interesses da sociedade, principalmente carente. (Gestor 05)

Na minha opinião o gestor público um personagem que esta ali pra coordenar vários trabalhos, no caso do gestor do Programa Bolsa Família na instância do controle social e faz acompanhamento de sua efetividade, se esta atendendo a realidade das famílias. Oferece cursos dentro da gestão do Bolsa Família. (Gestor 08)

Dessa forma, evidenciamos nas falas acima as várias atribuições dos gestores públicos que têm uma atuação ampla que aborda desde a elaboração, acompanhamento, coordenação de projetos, programas, propostas, enfim, gerencia, fiscaliza e acompanha as alternativas de diminuição da questão social no município. E quando questionados sobre como funcionam as políticas publicas, os entrevistados destacaram:

Quanto ao funcionamento das políticas públicas, percebo e constato uma inversão de valores, existem os gestores públicos que priorizam seus interesses particulares deixando esquecidos os interesses públicos. (Gestor 02)

A função do gestor público constitui na responsabilidade em investir os recursos de forma correta nas políticas públicas. Quando dos investimentos correto por parte do gestor, as funcionalidades dessas políticas certamente atenderão os interesses da sociedade, principalmente carente. (Gestor 05)

Conforme descrevemos nas falas acima, as políticas públicas estão associadas às atribuições, responsabilidades e administração dos gestores

públicos. Saliendam que se o gestor fizer um bom trabalho, aplicará corretamente o destino das políticas públicas.

Desta forma, evidenciamos em nossa sociedade que, por muitas vezes, as falhas que ocorrem nas políticas públicas estão associadas ao seu gerenciamento. Portanto, é imprescindível que haja pessoas, gestores, conselheiros, enfim, com habilidades, competências e que estejam treinadas para gerenciar corretamente o funcionamento e andamentos das políticas públicas do Brasil e do município.

Neste sentido, questionados sobre o funcionamento do Programa Bolsa Família no município de São Miguel do Oeste, os gestores assim responderam:

O programa bolsa família em São Miguel do Oeste ainda necessita de algumas contrapartidas do poder público municipal como políticas de geração de trabalho e renda para que os beneficiários tenham condições de tornarem-se cidadãos emancipados. (Gestor 01)

Minhas avaliações são constantes desde o início do programa. Percebo que existe pouco conhecimento e interesse público e político. Seu funcionamento é precário, não existindo resposta ao público e responsáveis para a reestruturação do programa, seriedade e compromisso com os interessados (necessitados). (Gestor 02)

Há problemas de necessitados que não recebem e de abastados que recebem indevidamente. (Gestor 03)

O programa está funcionando bem, lógico que dá pra fazer trabalhos diferentes, que é o que nós estamos fazendo agora que é juntamente com o governo federal oferecer cursos profissionalizantes. Algumas coisas estão melhorando, mas tem muito pra melhorar. A fiscalização tem que ser maior ainda junto às famílias. (Gestor 06)

Em São Miguel do Oeste está funcionando muito precariamente. Faço parte do Conselho de Assistência Social e percebo essa realidade. Na Secretaria de Ação Social, só trabalham no programa bolsa família uma assistente social e uma estagiária. Não são feitas visitas. Apenas são visitadas aquelas famílias onde houve denúncias. Não é feito um acompanhamento nem curso profissionalizante para capacitar essas pessoas. (Gestor 07)

Segundo os relatos acima, atualmente o Programa Bolsa Família, em São Miguel do Oeste, necessita de contrapartida do poder público municipal no incentivo de geração de trabalho e renda para poder de fato emancipar os beneficiados, falta efetividade e respostas aos beneficiados, sendo que o programa ainda é tratado com descaso, pois, não possibilita que o cidadão torne-se independente. Também, segundo os pesquisados, falta controle do programa por parte dos gestores, seus coordenadores o que leva a distribuição, muitas vezes, injusta do benefício.

Portanto, é imprescindível que para seu bom funcionamento, haja uma fiscalização e controle social rígido e que atenda as demandas e expectativas da população beneficiada emancipando o cidadão e não tornando-o dependente de um programa. Isso foi evidenciado quando muitos dos entrevistados deste estudo, em idade de produção não possuem emprego, não possuem nenhuma capacitação, profissionalização, enfim, tornaram-se dependentes de um benefício, restringindo suas capacidades, habilidades e possibilidades de ter uma profissão e um emprego fixo. Ademais, muitos beneficiados têm medo da emancipação, pois, isso acarretaria na perda do benefício e em muitos casos não é esse o desejo, o que realmente querem é receber algo sem precisar trabalhar. Esses fatos são compreendidos em função de nosso sistema que desde sua gênese preconiza o “beneficiar” e não o “emancipar”.

Com base nas informações acima, questionamos os gestores se o Programa Bolsa Família atende toda demanda de famílias inscritas e o que você opina em relação a esse aspecto dessa política social?

Na realidade de São Miguel do Oeste o programa não atende todas as famílias que necessitariam ser beneficiadas. Acredito que para ser mais adequado à realidade deveria ter um maior acompanhamento e fiscalização. (Gestor 01)

As famílias inscritas no bolsa família necessitam passar por uma avaliação, o que percebe-se é que parte das famílias atendidas não apresentam necessidades tanto quanto outras em situações precárias e que estão fora e cadastradas ficam a espera. Minha opinião é que exista um trabalho sério, com responsáveis do local, que conheçam as realidades, programem visitas constantes, que pessoas da sociedade civil acompanhem o programa, tenham vez e voz, fazendo avaliações constantes, já que as mudanças também são constantes. (Gestor 02)

Pelo meu conhecimento não. Precisa mais acompanhamento e regras, porque tem famílias que recebem a bolsa e tem boas condições financeiras, onde algumas famílias deveriam receber e não recebem. (Gestor 04)

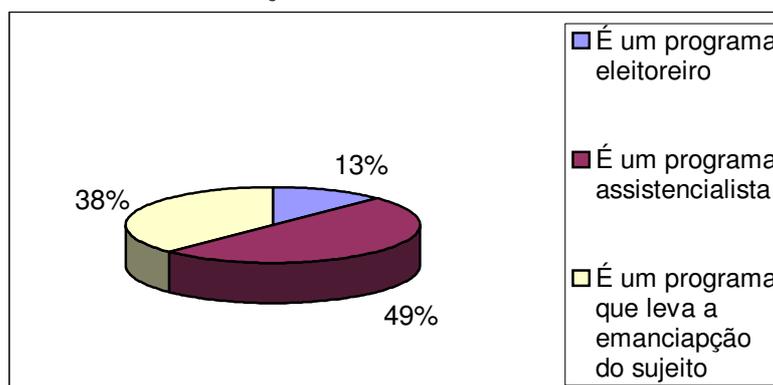
Não atende. Não porque algumas famílias que já recebiam os outros programas assistenciais continuam recebendo o bolsa família e outras famílias que estão em situação de vulnerabilidade, estão cadastradas ainda não recebem. (Gestor 08)

Conforme evidenciamos nas falas acima, os gestores pesquisados afirmam que o programa não atende a demanda. Isso é evidenciado quando destacam que não atende por não haver uma fiscalização e acompanhamento adequado do programa. Não há de fato, uma avaliação constante, lançou-se o programa e só.

Desta forma, evidencia-se que o programa, na verdade, não vem beneficiar as famílias que recebem. Ele acaba alienando-as por não haver acompanhamento, treinamento, avaliação, profissionalização dos sujeitos acarretando em eterna dependência dos beneficiados. Por isso, conforme os gestores pesquisados, o Programa Bolsa Família é caracterizado como um programa assistencialista, representado por 49% das respostas, o que nos faz refletir que sua finalidade é atender problemas emergenciais, dificultando a emancipação e independência dos sujeitos. No entanto, para 38% dos pesquisados o Bolsa Família é um programa que leva a emancipação e à cidadania. Porém, destacamos que essa deveria ser

sua finalidade, mas ainda há falhas nas políticas públicas que deixam suas conseqüências, pois, conforme demonstramos em nossa pesquisa e de acordo com os relatos dos gestores, o programa foi lançado à população, porém, falta acompanhamento, fiscalização, controle e capacitação tanto aos gestores quanto a população beneficiada, pois o que se vê é que, muitas vezes, o destino do recurso é desvirtuado de seu objetivo final. O gráfico abaixo demonstra a caracterização do Bolsa Família na compreensão dos gestores:

Gráfico 30: Caracterização do Bolsa Família



Fonte: Dados Primários

Ainda, os gestores avaliaram os resultados obtidos até o momento com o Bolsa Família como:

Por conhecer muitas famílias que são beneficiadas pelo programa acredito e concordo com as pesquisas que o mesmo impactou na diminuição da pobreza, pois atende, ou melhor, contribui muito na satisfação das necessidades básicas das famílias carentes. (Gestor 01)

Ajuda a amenizar os problemas na família, principalmente na alimentação. (Gestor 04)

Positivo porque resolve o problema da fome. (Entrevistado 03)

Ajuda. Muitas famílias conseguem manter melhor as crianças na escola, deixar as crianças com calçados [...] Ajuda a manter as necessidades básicas. (Gestor 08)

Se eu me detiver apenas pelos resultados obtidos pelo meu município diria que não são bons. A vantagem é a entrada de recursos para o comércio, e

a melhora na qualidade de vida da população, principalmente para aqueles que fazem uso desses recursos para a finalidade a que o programa se propõe. Mas, como mecanismo de emancipação do cidadão acredito que não está cumprindo seu papel nesse contexto. (Gestor 07)

Como foi possível evidenciar nas falas acima, mesmo com todos os problemas de gestão do programa apresentados, os gestores pesquisados concordam que o programa ajuda o cidadão e diminui a pobreza. Porém, nem todos concordam que ele leva o sujeito a sua emancipação.

E quando questionados sobre se considera satisfatório o programa bolsa família como política de diminuição da pobreza, obtivemos as seguintes falas:

Como política de diminuição da pobreza imediata sim, no entanto, para política de emancipação necessita de articulação com outras políticas. No município de São Miguel do Oeste, as ações do poder público quanto aos problemas sociais são bastante tímidos e nada emancipadoras; falta foco e efetividade nas ações. As que são desenvolvidas resumem-se em programas sócio-educativos e distribuição de vale-leite. (Gestor 01)

De conhecimento público, poucas as ações públicas, não enfrentam os problemas sociais do município (“por quê?”), todas as ações desenvolvidas, quando projetadas já iniciaram distantes dos interesses e realidades do futuro beneficiado. Jamais um gestor público dentro de seu gabinete, sem contato algum com o interessado ou necessitado, projetará ações atendendo realidades existentes, distantes de seu meio. Existe deficiência na realização de planos de governo apresentados. Existindo uma enorme distância entre o plano de conhecimento público com as ações praticadas nas gestões administrativas. Certos gestores públicos consideram os problemas sociais do município com uma imprudência de dar medo. Parece-me que olham o povo como “gentalha”. (Gestor 02)

As pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família, certamente diminui a pobreza, como também entendo ser satisfatória a proposta. (Gestor 05)

As pesquisas estão mostrando que diminuiu a pobreza no país. Creio que o Programa Bolsa Família, contribuiu para isso. Sempre que as pessoas têm oportunidade de se alimentar melhor, elas, conseqüentemente melhoram sua qualidade de vida. Mas, o governo municipal, continua com a política do assistencialismo puro, desenvolvendo ações emergenciais, não contribuindo para a resolução definitiva dos problemas sociais que se tem em São Miguel do Oeste. (Gestor 07)

As falas acima apontam que o Programa Bolsa Família é satisfatório enquanto uma política pública imediata, mas, não como política de emancipação do

sujeito, pois, ainda as políticas públicas são voltadas para ações emergenciais, faltando efetividade nas ações, programas e projetos que visam a geração e aumento de renda e também a emancipação.

Desta forma, observa-se que ainda há um longo caminho a percorrer para que o Programa Bolsa Família se torne de fato uma política de emancipação humana e que o mais indicado a fazer é acompanhar com efetividade os programas, projetos. Enfim, é necessário que sejam redimensionados os objetivos principais das ações que envolvem a emancipação humana para que se possa, de fato, emancipar o cidadão, tornando-o capaz de suprir sua própria sobrevivência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao concluir esta etapa do presente trabalho, procuramos trazer presente nossa contribuição ao debate sobre um dos principais elementos teóricos que discute a problemática da desigualdade social no Brasil e no mundo contemporâneo, protagonizado pela teoria social chamada de teoria crítica da Escola de Frankfurt concebida por Adorno, Horkheimer, Habermas e Honneth, com base nos trabalhos de Marx. E através da teoria crítica dá início a reflexão sobre o estado da luta de classes no capitalismo tardio e das novas formas de relação produtiva no mundo do trabalho. Isso ocorre de tal forma que surge uma geração de espoliados, constituindo-se num dos primeiros contingentes de excluídos socialmente, levando a classe trabalhadora a buscar por meio da luta por reconhecimento a redistribuição das riquezas produzidas por homens e máquinas. No sistema capitalista de relação social produtiva de nossa época, nada mais justo do que se busque aquilo que de fato é sua parte nesse novo modelo de relação laboral.

Assim sendo, foi através da teoria social que buscamos avaliar a dimensão do reconhecimento moral e dos direitos sociais oferecidos à camada mais pobre da sociedade brasileira e mundial, que aqui são representados pelas famílias que hoje recebem recursos do Programa Bolsa Família do Governo Federal. Também neste sentido, analisamos a questão da redistribuição e o problema das mazelas e vícios

da relação política brasileira, verificando a presença da prática do clientelismo como instrumento de dominação e controle de curais eleitorais, fato marcante da cultura política do nosso país.

Em outra análise, foi possível perceber os problemas que o Estado brasileiro enfrenta para dar conta das questões sociais, acumulado ao longo dos anos e a cada dia mais agravante, primeiro, por uma tentativa de esconder ao mundo o principal problema que é representado pelo flagelo da fome e a exclusão social, segundo, por até então não ser considerado problema político, portanto, não merecia atenção dos governantes, e por último, por questões ideológicas, principalmente determinadas por governos neoliberais que concebem o Estado não provedor e o mercado como instrumento de regulação das relações do mundo do trabalho e também dos problemas sociais.

Convém salientar que as políticas públicas também mereceram um estudo, para que pudéssemos avaliar a dimensão da presença do Estado nas diferentes camadas sociais, especialmente àquelas direcionadas às famílias que se encontram na faixa imaginária chamada de *linha da pobreza*, ou seja, famílias que possuem renda inferior a meio salário mínimo nacional (-R\$190,00). Assim sendo, a análise documental que realizamos e a visita *in loco* foram importantes para perceber como de fato ocorrem efetivamente as medidas governamentais na sua intencionalidade e na prática do cotidiano.

Foi também através do estudo e análise que percebemos os resultados práticos, o quanto existe de carências gritantes nas camadas D e E, desde aquilo que é básico, ou como diz Frei Betto, *o direito dos animais* de procriar e dar comida a cria. Aqui queremos trazer presente o que se quer dizer quando se fala em

direitos, é necessário esclarecer quanto ao reconhecimento moral de cidadania, quando se menciona a condição digna do ser humano. É importante ressaltar que a maioria desses casos estão configurados no artigo 226 da Constituição Federal quando diz que; *a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado*. Significa que cabe ao poder público, em primeira mão, prover as necessidades mais urgentes das famílias que mais precisam de amparo governamental.

A implantação do Programa Bolsa Família foi, sem dúvida, uma saída importante do governo federal para minimizar os problemas sociais que atingiam um terço da população brasileira, reconhecida, inclusive, pelas famílias beneficiadas como fundamental para a sua sobrevivência. Agora imaginar que um programa descolado de uma ação educadora, de inclusão e sem criar oportunidades de geração de trabalho e renda é sem dúvida nenhuma esperar demais que fosse resolver tamanhos problemas. Sem contar com o fato de o governo federal ter de contar com o apoio dos demais entes federados que na maioria deles têm problemas do ponto de vista ideológico e de concepção de Estado, por isso dificulta seu funcionamento e também as complementaridades que os supostos parceiros deveriam fazer.

O mau funcionamento e as dificuldades de aplicação correta dos recursos públicos empenhados nesse programa é o reflexo da desconexão que há entre instâncias de governos, associado a injustiças cometidos por agentes públicos que privilegiam famílias que nem sempre são as mais carentes e mais necessitadas. Desde o atendimento na hora do cadastramento e na fiscalização efetiva para verificar a veracidade dos dados informados pelos interessados. Fato esse que

pode ser comprovado pelos depoimentos dos próprios gestores do programa em se tratando do caso de São Miguel do Oeste.

Além disso, identificamos um grande número de casos de famílias, quando das visitas que fizemos em suas residências, em que há um sentimento de tirar proveito por se tratar de recurso do governo e sem qualquer pudor solicitavam garantias de que as informações não sejam de conhecimento dos órgãos públicos para não cessar esses ganhos. Por aí percebemos as deficiências que têm o Programa Bolsa Família em sua base, primeiro por não haver uma estratégia de exigência de seus objetivos, que é distribuir renda sem gerar dependência nem viciar o cidadão. Segundo, por não haver nenhuma fiscalização tanto das informações que são prestadas na hora do cadastramento e nem no destino dos recursos que possui regras e exige a boa aplicação do dinheiro recebido pelas famílias, em nome da mulher, como complemento alimentar, educacional e saúde. Porém, o que percebemos é que o recurso vem para a mulher, porém quem dá o destino na maioria dos casos é o homem, indo parar nos bares, no consumo de bebidas alcoólicas e cigarro.

As dificuldades em fazer o Programa Bolsa Família andar de acordo com o que preconiza a lei que instituiu o programa nos municípios é fato, porque o dinheiro não passa pelo caixa das prefeituras e com isso fica difícil manipular os recursos, que vão diretos para a conta das pessoas beneficiadas, preferencialmente para as mulheres.

Algumas dificuldades encontradas na realização deste trabalho traduzem também a grande falta de informações complementares que o município deveria ter para possibilitar a complementação de outras ações de inclusão e

acompanhamento do processo emancipatório das famílias carentes como são chamadas em no município de São Miguel do Oeste.

Outro fato que nos chamou atenção é a passividade como as famílias aceitam estar cadastradas (500 famílias) e não receber os recursos, mesmo assim não reagem ao fato, quando muitas vezes conhece e até avizinha-se à pessoas que não deveria estar no programa, porém não denuncia, se recusando a lutar por seus direitos.

Outra situação diz respeito ao clientelismo, muito embora não constatado explicitamente, mas presente numa série de atitudes e na maneira como o Programa Bolsa Família vem sendo conduzido e gestado no município de São Miguel do Oeste. Desta forma, identificamos em nossa pesquisa a presença da prática do clientelismo das mais variadas formas, porém de maneira implícita, numa tentativa de disfarçar essa prática, ou seja, quando verificamos que há uma lista de espera de mais de 50% dos atuais beneficiários, quando o programa prevê o atendimento em sua totalidade de necessitados em cada município, quando verificamos que os gastos das famílias são maiores que a renda, significa que há manipulação nos dados cadastrais de algumas famílias. Outra constatação é de que a maioria é proprietária dos imóveis onde moram e mesmo sendo apontado na pesquisa que a maioria teve acesso ao programa por conta própria sem a interferência de agentes políticos ou pessoas ligadas à administração, percebemos nas falas dos entrevistados um cuidado ao responder esta questão, pois caso nossos dados sejam identificados e de conhecimento público poderá haver o desligamento do programa.

Ainda no caso do clientelismo, percebemos que quando uma família cadastrada consegue acessar o benefício é mérito da secretaria responsável, quando do contrário a responsabilidade é do governo federal, aliás, eles fazem questão de dizer que a culpa é do presidente Lula.

Portanto, avaliar todas essas dimensões e poder quantificar as várias situações que envolvem a relação sociedade e Estado, perceber como as políticas públicas chegam até a base, sem dúvida foi um trabalho difícil, mas compensador. Especialmente por poder trazer ao debate público um retrato da realidade brasileira e municipal das condições em que vive grande parte da nossa população.

E para concluir é importante frisar a satisfação em realizar esse trabalho e ao mesmo tempo poder oferecer uma contribuição sobre as teorias que aqui nos referenciamos as questões sociais que trouxemos ao debate e a possibilidade que temos em continuar aprofundando os assuntos aqui expostos nos dão certeza de ter vencido mais uma importante etapa de nossa vida.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Capacitação em Política Social: crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho.** Mod 1. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

ADORNO, Theodor W. **Dialética do Esclarecimento.** Jorge Zahar, Rio de Janeiro: 1985.

ABRANCHES, Sergio H. et al. **Política Social e Combate a Pobreza.** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: **Avaliação de políticas sociais – uma questão em debate.** 2 ed. São Paulo: Cortez – Instituto de Estudos Especiais, 1999.

BARROS, Ricardo Paes. A estabilidade Inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil (2001). Disponível em [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acessado em 30 de abril de 2007.

BAUER, Martin W., GASKELL, George, ALLUM, Nicholas C. **Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões.** IN: BAUER e GASKELL. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. **O Debate sobre o uso e técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa.** In: Seminário sobre Metodologia Qualitativa de Pesquisa, (p.21), [2005]?

BRASIL, **Constituição da republica Federativa do.** Câmara dos Deputados, 1988.

BOEIRA, Sérgio Luís (Org.) **Democracia & Políticas Públicas: Diversidade temática dos estudos contemporâneos.** Itajaí: UNIVALI, 2005.

COUTINHO, Nelson Carlos. **Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo: uma discussão conceitual.** Dados, 1997. vol. 40, n 2. Disponível em [http:// www.seielo.br.php](http://www.seielo.br.php). Acessado em 24 de janeiro de 2007.

CNBB. Brasil: **Democracia com Exclusão Social?** Brasília: CNBB-SPS, 1993

CONSEA, Nacional. **Fome Zero**, Brasília: CONSEA, 2003

CETOLIN, Sirlei Fávero. **O SUS como possibilidade de acesso social e construção da cidadania em município da 5ª Coordenadoria Regional de Saúde/SC**. Itajaí: UNIVALI, 2002.

Dados extraídos do estudo, "A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil" - Barros, Ricardo Paes de; Henriques, Ricardo; Mendonça, Rosane - IPEA – 2001.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DINIZ, Eli. **Clientelismo Urbano**: ressuscitando um antigo fantasma? *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 1, n 04, 1982.

Disponível em [www.wikipédia.com.br](http://www.wikipédia.com.br). **A enciclopédia livre**. Acessado no dia 24 de novembro de 2006.

Disponível em [www.consciencia.org.br](http://www.consciencia.org.br). Acessado no dia 27 de novembro de 2006.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DRAIBE, Sonia M. **O Welfare State no Brasil**. UNICAMP, 1993.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FARIAS, Francisco Pereira de. **Clientelismo e democracia capitalista**: elementos para uma abordagem alternativa. *Rev. Social. Polit.*, nov. 2000, n 15, p. 49-66.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**. São Paulo: Cortez, 2000.

FRAZER, Nancy e HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition?** A political-philosophical exchange. London/ New York, verso, 2003

HENRIQUE, Ricardo (org.) **Desigualdade e pobreza no Brasil**. IPEA, 2000.

HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais, ed. 34. 2003.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

GEUSS, Raymond. **Teoria Crítica e a escola de Frankfurt**. Campinas: Papyrus, 1988.

GUNNEL, Jonh G. **Teoria Política**. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1981.

KONDER, Leandro. **Vida e obra**. 1998.

IAMAMOTTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1999.

LABES, Emerson Moises. **Questionário: do planejamento a aplicação da pesquisa**. Chapecó: Grifos, 1998.

LAVINA, Lena. **Combinando Compensatório e Redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil**. IPEA, 1999.

LESBAUPIN, Ivo. **O Desmante da Nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LOPES, José Sérgio Leite (coord.). **Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, 1987.

MATTOS, Patrícia. **O reconhecimento entre a justiça e a igualdade**. 2004. Disponível em [www.sciello.com.br](http://www.sciello.com.br). Acessado em 03 de abril de 2007.

MACHADO, Leda M. V. **Atores Sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero**. São Paulo: ANNABLUME, 1995.

MANCE, Euclides André. **Fome zero e economia solidária: o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural no Brasil**. Curitiba: IFIL, 2004.

MAS. **Sistema Único de Assistência Social no Brasil: um sistema em construção**. Brasília: MAS, 2003.

MOREIRA, Igor. **Construindo o espaço brasileiro**. Vol.2. 2 ed. São Paulo: Ática, 2001.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

PASTORINI, Alejandra. **Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”**. In: Serviço Social e Sociedade, nº 53, São Paulo: Cortez, 1997.

PERES, Leandra. **A moeda eleitoral de LULA**. In: Revista Veja. Editora Abril, Edição 1954 – ano 39, nº 17, 03 de maio de 2006.

PEREIRA, Potyara A.P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, Potyara A P. **A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State:** a particularidade da assistência social. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Assistência Social e Sociedade Civil, nº 56, ano XX, março de 1998.

PINTO LYRA, Rubens (org) **A nova esfera pública da cidadania.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997.

RICO, Elisabete de Melo; RAICHELIS, Raquel. **Gestão social:** uma questão em debate. Planejamento e serviço social. São Paulo: Cortez, 1991.

ROCHA, Mariza de Martini. **A colonização de São Miguel do Oeste.** Florianópolis: UFSC, 1994. (Trabalho de Conclusão de Curso em História).

REIS, Elisa P. **Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade.** Revista brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 15 n. 42, 2000.

RENK, Arlene. **Sociodisséia às avessas.** Chapecó: Grifos, 2001.

\_\_\_\_\_. **A luta da erva:** um ofício étnico no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

\_\_\_\_\_. **Questões sobre migração urbana e o êxodo rural em Chapecó.** Chapecó: Fundeste. Série Interdisciplinar, nº 1, 1991.

SCHWARTZMAN, Simon. As causas da pobreza. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001

SECOM, Governo Federal. **Brasil um País de todos.** Brasília: SECOM, 2004.

SILVA, Josué Pereira da. **Teoria Crítica e Movimentos Sociais:** novos estudos. São Paulo: CEBRAP, 2004.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Org) **A política social brasileira no século XXI:** a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Adriano Larentes. Fazendo Cidade: a construção do urbano e da memória de São Miguel do Oeste-SC. Florianópolis: UFSC, 2004.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar** / Florianópolis: Epagri: Brasília: Nead / Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2001.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. Disponível em:<[www.dpi.inpe.br/geopro/exclusão/exclusão](http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusão/exclusão) > Acesso em: 17 de maio de 2005).

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de Cidadania: a saída é pela porta**. São Paulo: Cortez: Fundação Perceu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_ (1994) **A renda mínima garantida como proposta para remover a pobreza no Brasil**. Revista de Economia Política. São Paulo: Brasiliense, vol. 14, n. 1.

TIEZZE, Sergio. A organização da Política Social no governo FHC. Dados extraído do site: [www.sciello.br](http://www.sciello.br). Acessado no dia 12.12.2006.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 3 vol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

ZIMMERMANN, Tarcísio. **Uma nova agenda para a cidadania no Governo Lula: implantação da Lei Orgânica da Assistência Social**, Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

## Outras Fontes

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico Censo Demográfico 1980. Rio de Janeiro, IBGE, 1980. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA, 2001. Disponível em [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br).

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE( 2006).

SALINAS, Marcelo. Folha de São Paulo. Política social: eficácia do programa Bolsa Família divide especialistas. 12/02/2006 p. 10 e 11. Disponível <http://www1.folha.uol.com.br>, acessado em 25/03/2006.

TOME, Luiza. Denúncias levam Ministério Público MS investigar Programa Bolsa Família. O Globo OnLine 21.01.2005. Disponível em <http://oglobo.com>, acessado em 26/03/2006.

Disponível no site oficial de Santa Catarina. [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br). Acessado em 10 de janeiro de 2007.

Disponível em [www.saomiguel.gov.br](http://www.saomiguel.gov.br). Acessado em 26 de dezembro de 2006.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)